

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROSA MARIA RODRIGUES CORRÊA

Catálogo descritiva no século XXI:
Um estudo sobre o RDA

Marília
2008

ROSA MARIA RODRIGUES CORRÊA

Catálogo descritiva no século XXI:
Um estudo sobre o RDA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, campus Marília, para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Orientadora: Dra. Plácida L. V. A. da Costa Santos

Marília
2008

Corrêa, Rosa Maria Rodrigues

Catálogo descritiva no século XXI : um estudo sobre o RDA / Rosa Maria Rodrigues Corrêa ; orientadora: Plácida L. V. A. da Costa Santos. – 2008
65 f.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, campus Marília, 2008.

1 Catálogo descritiva 2 RDA I Santos, Plácida L. V. A. da Costa II Título

CDD

**Aos meus filhos Melissa e Luiz Carlos
razão da minha existência**

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça de alcançar meus objetivos.

Aos meus colegas de curso pelo apoio e paciência.

Aos meus professores pela ajuda, apoio e saberes.

A professora Mariângela Fujita pelo incentivo e confiança.

A minha orientadora Plácida L. V. A. da Costa Santos pelos saberes, apoio, confiança e uma enorme paciência.

Ao meu amigo Milton B. Barbosa Filho pelo apoio, ajuda e incentivo.

Ao meu irmão Cleto por seu apoio incondicional.

A minha amiga Neyde Póvoa pela ajuda incansável.

A minha amiga Aldinar pela confiança, apoio e ajuda.

A minha amiga Maria José Stefanni Butarello (Zeza), minha madrinha do mestrado, agradeço todo apoio, paciência, ajuda e muito mais.

A minha grande mestre Regina Carneiro pelo exemplo e dedicação ao crescimento da catalogação no Brasil.

A todas as outras pessoas, amigos, amigas, conhecidos que de alguma forma contribuíram para que eu realizasse um sonho, agradeço.

RESUMO

A informação é essencial neste limiar do Século XXI, assim como sua transmissão. A catalogação descritiva, como área da Biblioteconomia responsável por transmitir as informações contidas em acervos de qualquer natureza, por meio da construção de formas de representação, deve acompanhar a evolução das necessidades dos usuários. Esta constatação preocupa especialistas da área. A padronização, na representação das informações e documentos é imprescindível e também o objeto de trabalho da catalogação descritiva como forma de garantia do intercâmbio de registros bibliográficos. A preocupação cresce com a rapidez com que as informações são geradas e disponibilizadas em diferentes formas. Este trabalho propõe-se a analisar o estado da arte do esquema Resource Description and Access (RDA) elaborado pela International Federation of Libraries Associations (IFLA), para uso de catalogadores e bases de dados bibliográficos. A análise baseia-se em pesquisas bibliográficas on-line. A evolução da catalogação e seus códigos de regras; a influência das tecnologias nos meios de comunicação, especificamente na troca de informações bibliográficas; a compatibilidade de conceitos visando a comunicação eficiente entre máquina, catalogador e informações codificadas para atendimento dos usuários foram utilizadas para a construção da parte histórica do trabalho. O estudo do RDA foi elaborado reunindo-se as necessidades informacionais, a catalogação descritiva e o novo esquema para compreender sua abrangência e a sua possível aceitação internacional, como uma forma de possibilitar o controle bibliográfico e ampliar o acesso e uso das informações disponíveis nos mais diversos ambientes informacionais. O RDA, por ser um esquema em fase de elaboração somente pode ser analisado do ponto de vista teórico. Nossa análise verificou que o RDA é um esquema eficaz, por aliar a teoria à prática. A base teórica serve de apoio para a tomada de decisões para a catalogação descritiva. As considerações finais nos conduzem ao aceite do RDA, desde que eficazmente gerido pelas Instituições que detêm seu domínio. Sua publicação está prevista para 2009, quando poderemos realmente saber as dimensões de sua aplicação e aceite.

Palavras-chave: Catalogação descritiva; RDA; Princípios de Paris; Códigos de catalogação

ABSTRACT

Information and its transmission are essentials at the threshold of the XXI century. Descriptive cataloging, being an area of the Library Science, is responsible for transmitting information existing inside of holdings of all types. This is made by building forms of representation and must follow the evolution of the needs of users. This affirmation worries specialists of the area. Standardization is indispensable in the representation of information and documents and it is also the aim of descriptive cataloging work; it is a grant for the exchange of bibliographic records. The worry increases as fast as the creation of new information available in different forms. The goal of this work is to analyze the state-of-the-art of the standard "Resource Description and Access (RDA)" developed by the International Federation of Library Associations (IFLA) for catalogers and workers in bibliographic database. This work is founded in on-line bibliographic researches. The building of the historic of this work was based in the following factors: evolution of cataloging and its codes of rules; influence of technology in the communication media specifically in the exchange of bibliographic information; compatibility of concepts to reach an efficient communication between machine, cataloger and coded information to attend the user. This study of RDA was elaborated getting together the informational needs, the descriptive cataloging and the new standard, in order to understand its scope and if it is possible the international acceptance of it, as a form of bibliographic control as well as a way to enlarge the access and use of information available in the most different informational environments. Since RDA is a standard that is being developed, it may only be studied at the theoretical point of view. We verified that RDA is an effective standard since it links theory and practice. The theoretical bases support the decision-making in descriptive cataloging. Our conclusions are leading us to believe in the acceptance of RDA, if it will be effectively managed by the Institutions detaining its domain. The publication of RDA is expected for 2009, when the real dimension of its application and acceptance will be known.

Key-words: Descriptive representation; RDA; Cataloguing; Paris Principles;
Cataloguing Codes

LISTA DE SIGLAS

- AACR** – Anglo-American Cataloguing Rules
- AACR2** – Anglo-American Cataloguing Rules, second edition
- ALA** - American Library Association
- BN** – Biblioteca Nacional (Brasil)
- CALCO** - Catalogação Legível por Computador
- CBU** - Controle Bibliográfico Universal
- CIPC** - Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação
- FRAD** - Functional Requirements for Authority Data
- FRANAR** - Functional Requirements and Numbering for Authority Records
- FRAR** - Functional Requirements for Authority Records
- FRBR** - Functional Requirements of Bibliographic Records
- FRSAR** - Functional Requirements for Subject Authority Records
- IBBD** - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
- IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IFLA** - International Federation of Libraries Associations
- IME ICC** - IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code
- INL** - Instituto Nacional do Livro
- ISBD** - International Standard Bibliographic Description
- ISBD(A)** - International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications
- ISBD(CF)** - International Standard Bibliographic Description for Computer Files
- ISBD(CM)** - International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials
- ISBD(CR)** - International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources
- ISBD(ER)** - International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources
- ISBD(G)** - General International Standard Bibliographic Description
- ISBD (M)** - International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications

ISBD(NBM) - International Standard Bibliographic Description for Non Book
Materials

ISBD(PM) - International Standard Bibliographic Description for
Printed Music

ISBD(S) - International Standard Bibliographic Description for Serials

LC - Library of Congress

MARC - Machine-Readable Cataloging

RDA - Resource Description and Access

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO SÉCULO XX: UMA VISÃO.....	14
2.1 Mudanças tecnológicas.....	14
2.2 Crise mundial do final do século: a crise do socialismo real e a crise do capitalismo real.....	16
2.2.1 A reestruturação produtiva.....	16
2.2.2 Globalização.....	17
3 IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS SOBRE A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA.....	22
4 DA CONFERÊNCIA DE PARIS AOS ATUAIS IFLA MEETING OF EXPERTS.....	34
4.1 Princípios de Paris (1961).....	34
4.2 Princípios de Paris (2003).....	36
4.3 Código Internacional de Catalogação.....	39
5 DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO.- RDA.....	44
5.1 Conceitos teóricos.....	46
5.2 Estrutura.....	50
5.3 Nova terminologia.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO A – RDA-FRBR MAPPING.....	63

1 INTRODUÇÃO

A informação, com força cada vez maior, tornou-se parte integrante de nosso dia a dia, cada vez mais necessária ao desenvolvimento de diferentes competências, bem como à execução de quase todas as atividades humanas.

O profissional da informação deve possuir algumas competências. Entre elas saber registrar e documentar informações. Para tanto, ele utiliza diversas ferramentas para o desenvolvimento de variados processos de representação da informação. Entre eles, ressaltamos o processo de catalogação, que utiliza como instrumento de trabalho os códigos de catalogação.

Ao longo da História, os profissionais da informação, particularmente os bibliotecários de diferentes contextos, denominados de forma peculiar a cada um desses contextos, perceberam a necessidade de transmitir as informações contidas em seus acervos.

Os catálogos, na Antiguidade (Século V a.C. – Século V d.C.), tinham como uma de suas premissas o controle bibliográfico, como podemos verificar em Campello (1997, p.1): “O enorme catálogo da biblioteca de Alexandria, organizado por Calímaco (c.305 a.C – 240 a.C), poeta e bibliotecário grego, pode ser considerado marco na história do controle bibliográfico.” Corroborado por Alberto Manguel (1999, p. 217):

Os volumes tinham que ser colecionados em grande número, pois o objetivo grandioso da biblioteca era abrigar a totalidade do conhecimento humano. Para Aristóteles, colecionar livros fazia parte das tarefas do intelectual, sendo necessário “a título de memorando”. A biblioteca da cidade fundada por seu discípulo [Teofrasto] deveria ser simplesmente uma versão mais vasta disso: a memória do mundo.

A Biblioteca de Alexandria englobava procedimentos necessários e disponíveis à época de sua existência, para organização e recuperação de seu acervo. Alguns procedimentos são utilizados até os dias de hoje, tais como classificação e catalogação.

“A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.” (MEY, 1995, p. 38).

A descrição bibliográfica foi e continua sendo a forma encontrada para identificar os itens¹ existentes em um acervo.

Segundo Mey (1995, p. 43): "Descrição bibliográfica é a representação sintética e codificada das características de um item, de forma a torná-lo único entre os demais."

Com o passar do tempo, a transmissão de informações passou a ser grafada, em diversos suportes², tais como: gráficos, visuais, digitais, e outros, passíveis de utilização presencial ou remota.

A necessidade de padronizar a forma de representação da informação contida em um item documentário e possibilitar sua transmissão e retransmissão por meio legível, a olho nu ou por máquina, fortaleceu a necessidade do estabelecimento de regras de descrição de forma e de conteúdo.

Elaboradas originalmente por bibliotecários que sentiram sua necessidade ou por Associações de Bibliotecários que estimularam a troca de experiências e idéias, essas regras geraram, entre outros padrões, os códigos de catalogação. Estes códigos contemplam a descrição, a escolha das entradas e forma dos cabeçalhos, a descrição da localização física dos itens e em alguns casos, a estrutura dos catálogos. As atualizações e modificações dos códigos ocorrem à medida que as publicações multiplicam-se e os formatos de apresentação das mesmas ampliam-se e modificam-se.

A menção ao Controle Bibliográfico Universal (CBU) é necessária, pois contribuiu para o desenvolvimento dos códigos, e, sua concretização é almejada até os dias de hoje.

O CBU, de acordo com Ana Maria Machado (2003, p. 51), foi:

[...] idealizado pela IFLA e adotado pela Unesco, deve ser entendido como um programa com objetivos de longo alcance e cujas atividades levam à formação de uma rede universal de controle e intercâmbio de informações bibliográficas, de modo a tornar prontamente disponíveis, com rapidez e de forma universalmente compatível, os dados bibliográficos básicos de todas as publicações editadas em todos os países.

Mey (1995, p. 25) complementa:

¹ Item, neste capítulo, é o termo utilizado para designar as obras que compõe um acervo.

² Suporte: palavra polissêmica utilizada para: a) identificar o suporte físico, como papel, argila, plástico, tecido etc.; b) identificar o formato, como livro, artigo, capítulo, filme, música.

[...] atuando em bases cooperativas. Cooperação significa, além de respeito aos padrões, que cada um dos países deverá responsabilizar-se por seu controle bibliográfico nacional, por intermédio de uma ou mais entidades designadas, geralmente a biblioteca nacional ou instituição similar.

Verificamos, ao longo da história da catalogação, que vários padrões foram utilizados, procurando atender às demandas dos usuários e à necessidade de preservação das informações armazenadas em acervos. Em linhas gerais, mencionamos desde as simples cópias de informações em listas até as codificações necessárias para a compatibilidade entre sistemas de dados e codificação das informações necessárias para representar itens de acervos digitais ou convencionais.

A proposta atual elaborada pelo Joint Steering Committee for Development of RDA³, da International Federation of Libraries Associations (IFLA) para um novo código é o: **RDA: Resource Description and Access**, com data prevista para publicação em 2009.

Nosso enfoque recairá sobre a descrição bibliográfica e as mudanças atuais provocadas pelas modernas tecnologias e pela globalização.

Diante dessa temática, aponta-se o seguinte problema de pesquisa: a forma de elaborar a descrição bibliográfica proposta pelo Resource Description and Access (RDA) corresponde, efetivamente, às dimensões apresentadas pela IFLA nos encontros de especialistas em catalogação e, às necessidades da catalogação descritiva nas bibliotecas do mundo globalizado?

Diante desse problema, parte-se da hipótese de que o esquema de descrição bibliográfica denominado RDA pode não corresponder, totalmente, às atuais necessidades das bibliotecas, em todos ambientes informacionais, mas apresenta-se como uma alternativa atualizada para a construção de registros bibliográficos.

Usar-se-á, como metodologia, a pesquisa bibliográfica sobre temas como: biblioteconomia, catalogação, tecnologia, globalização; documentos de instituições normativas de descrição bibliográfica, nacionais e internacionais.

Esse trabalho tem, então, como objetivo geral, verificar se o novo esquema para elaborar a descrição bibliográfica nominado Resource Description and Access

³ Nome atual do Joint Steering Committee for Revision of AACR, desde a proposta de criação de um novo código de catalogação, em 2005.

(RDA) corresponde, efetivamente, às dimensões apresentadas pela IFLA nos encontros de especialistas em catalogação e, às necessidades informacionais das bibliotecas, em diferentes ambientes.

Os objetivos específicos são:

- a) analisar o impacto do desenvolvimento tecnológico atual e da globalização sobre a catalogação descritiva;
- b) analisar o RDA, no contexto do desenvolvimento tecnológico atual e da globalização;
- c) avaliar a importância do RDA como esquema para a descrição bibliográfica e em relação as atuais necessidades de excelência propostas pelos Princípios de Catalogação para as funções do catálogo: identificar, selecionar, obter e navegar.

A escolha do tema, que parece relevante e atual, reflete a vida profissional da autora, dedicada ao estudo e ensino da catalogação, bem como sua prática profissional em bibliotecas, especialmente voltada à implantação de bases de dados em várias fases de desenvolvimento. Por estas razões, acreditamos que a padronização é essencial em qualquer atividade, principalmente a que tenha como objetivo o fornecimento de informações com precisão, eficiência e rapidez. Os acervos só poderão ser recuperados com qualidade, segurança e rapidez se o registro, ao ser inserido, obedecer a critérios rígidos no que tange tanto a dados descritivos quanto a pontos de acesso, disponíveis em ambientes gerenciadores da informação, tais como, bibliotecas, centros de documentação e arquivos.

A seção 2 analisará as mudanças do capitalismo no século XX enfocando principalmente as questões pertinentes ao desenvolvimento tecnológico. A seção 3 examinará o desenvolvimento tecnológico e seus impactos sobre a catalogação descritiva. A seção 4 examinará a importância e evolução dos Princípios de Catalogação até os Encontros de Especialistas da IFLA. A seção 5 examinará e analisará o novo esquema de elaborar a descrição bibliográfica nominado Resource Description and Access (RDA) traduzido como: Descrição e acesso ao recurso, que, além de viabilizar a inserção e recuperação em bases de dados das informações contidas em acervos, propicia a aplicabilidade dos conceitos dos Functional

Requirements for Bibliographic Records (FRBR). A seção 6 apresenta as considerações finais seguida das Referências.

2 MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO SÉCULO XX: UMA VISÃO

A importância do progresso tecnológico para as atividades humanas, na atualidade é inegável. Nesta seção procuramos analisar o desenvolvimento tecnológico atual, os fenômenos da reestruturação produtiva e da globalização, no contexto da crise do capitalismo do final do século XX, com o intuito de contextualizar o foco desse trabalho.

O desenvolvimento tecnológico perpassa todos os setores da vida atual produzindo profundas mudanças. Essas mudanças, algumas vezes consideradas reformas estruturais no capitalismo, na visão de Carvalho (1993, p. 35), levaram alguns autores a forjar novos conceitos para representar a sociedade atual como Terceira Revolução Industrial, na opinião de Felix, Aguiar e Navarro (1993, p. 68), Sociedade Tecnológica, Sociedade Tecnicizada, de acordo com Machado (1993).

As infundáveis discussões sobre o futuro do trabalho e do trabalhador têm provocado especulações bastante interessantes. Adam Schaff (1992), por exemplo, prevê o surgimento de uma nova sociedade denominada Sociedade Informática, caracterizada pelo altíssimo desenvolvimento tecnológico, que, apesar de manter a propriedade privada, organizar-se-á em padrões muito semelhantes aos de uma sociedade comunista.

2.1 Mudanças tecnológicas

O alto desenvolvimento tecnológico tem sido provocado principalmente pelos avanços no campo da microbiologia, da engenharia genética e da eletrônica.

Barbosa Filho (2002, p. 81) discorrendo sobre as mudanças tecnológicas afirma que:

Representando um enorme avanço em relação à tecnologia de base eletromecânica, a tecnologia microeletrônica, graças à informatização e à robotização, propicia, de um lado, a intensificação do potencial intelectual na produção e, de outro, a utilização de robôs para execução de tarefas que antes cabiam aos trabalhadores.

Como ressalta Oliveira (2000), além da Internet, toda uma infra-estrutura de telecomunicações e a produção/comercialização de hardware e software relacionados às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) concentram-se, principalmente nos países desenvolvidos. A sua disseminação depende, em última instância, à capacidade de incorporar o uso massificado, organizacional ou doméstico, dos computadores.

A informática afetou também as tecnologias tradicionais de comunicação, com a convergência ao digital e, atualmente, são entendidos como TICs: rádio, televisão, video-conferência (via cabo ou fio), teleconferência (via satélite), transmissão de dados via rede ou linhas dedicadas, intranet e internet, na visão de Oliveira (2000).

Adotando as novas tecnologias, as diferentes empresas, industriais, comerciais ou de serviços se modernizam, adotando novas tecnologias de base física - oriundas dos progressos da microeletrônica e da automação - e/ou organizacional.

Essas novas formas de produção acabaram provocando mudanças no mundo do trabalho e do emprego. A estrutura de ocupações se modificou: ocupações tradicionais desapareceram, outras surgiram, as remanescentes se modificaram.

Barbosa Filho (2002) aponta o novo tipo de trabalhador que as empresas passam a solicitar como sendo cooperativo, capaz de trabalhar em equipe e polivalente.

O mercado de trabalho ganhou nova configuração ensejando algumas projeções. Por um lado, prevê-se um aumento do volume de empregos para a mão-de-obra qualificada, particularmente nas áreas de produção e manutenção. Por outro, prevê-se o agravamento do desemprego para a mão-de-obra direta.

É sabido que a tecnologia é neutra. Como mostra Carvalho (1987, p. 16) as mudanças alcançadas pelas sociedades humanas, ao longo da história, não têm sido provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, em si próprio, mas pelas opções socialmente feitas em relação ao emprego da tecnologia. São as relações sociais concretas que definem a forma de utilização da tecnologia e é esta definição que acarretará ou não mudanças na essência dessas relações.

Quando utilizado num contexto de relações sociais fundamentadas na justiça e igualdade, o desenvolvimento tecnológico estará condicionado à satisfação das múltiplas necessidades humanas. Mas quando usado sob a égide de relações sociais

fundamentadas na desigualdade e injustiça, estará condicionado aos interesses egoístas e individualistas, que ocasionam exclusões sociais, gerando guerras e convulsões sociais.

2.2 Crise mundial do final do século: a crise do socialismo real e a crise do capitalismo real

Frigotto (1995) considera que o final do século XX foi marcado pela crise do socialismo real e do capitalismo real. A crise do socialismo real foi caracterizada pela queda do muro de Berlim, pelo desmantelamento da URSS, pela conversão dos países do leste europeu ao capitalismo.

Para este autor, a crise do capitalismo real foi resultante de alguns fatores marcantes do fim do século, como a crise energética e a resistência dos trabalhadores ao sistema de produção fordista. Na década de 70, a crise impacta os países desenvolvidos ocasionando uma profunda recessão e o desemprego estrutural. Na década de 80, agravada pela crise da dívida, ela atingiu os países em desenvolvimento, dificultando, nesses países, seus processos de substituição de importações, na opinião de Sader (2000, p. 35).

Na busca da superação desta crise, a sociedade capitalista forja novas estratégias de reajuste, que acabaram lhe dando uma nova configuração, como a reestruturação produtiva e a globalização.

2.2.1 A reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva consistiu na implementação de mudanças radicais nos processos de organização/produção das empresas por meio da intensificação na utilização novas tecnologias.

Assimilando as novas tecnologias de organização e/ou de base física, as empresas adotaram novas formas de produção, chamadas, genericamente, de produção flexível, que, gradativamente, vão substituindo ou se superpondo às formas de produção tradicionais, como a produção fordista.

Quanto à tecnologia organizacional, a produção flexível baseia-se nos novos paradigmas de flexibilidade e integração. Quanto à tecnologia de base física, ela incorpora os progressos da microeletrônica e da eletrônica, usados no controle das máquinas e na viabilização do trabalho flexível e integrado.

Apesar das especificidades presentes em cada empresa, as novas formas de produção apresentam algumas tendências, como a produção em pequenos e médios lotes; a utilização da terceirização e do encadeamento horizontal com outras empresas (flexibilidade horizontal), que diversifica fornecedores e descentraliza atividades; a busca da qualidade e da excelência como fator diferenciador; a responsabilidade do coletivo pela qualidade, que é diluída no processo de produção; o uso de novas técnicas de gestão; o estímulo ao trabalho em grupo e cooperativo, conforme explícito em trabalho do Senai (1992, p. 20-21).

Por meio da redução do valor ou do tempo de trabalho socialmente necessário incorporado à mercadoria, a reestruturação produtiva tem significado para as empresas possibilidades de vantagens em relação aos concorrentes e o aumento de produtividade. Mas tem, também, possibilitado a consecução dos objetivos mais tradicionais da administração, quer seja, o aumento do controle do trabalho e a racionalização de custos.

Tal processo, como mostra Frigotto (1995, p. 149), tem, ainda, reforçado e ampliado a exclusão, por gerar custos humanos cada vez mais altos, traduzidos no desemprego estrutural que aflige grande contingente de população, principalmente jovens e idosos, de países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

2.2.2 Globalização

Denomina-se globalização o fenômeno mundial atual caracterizado pela ampla circulação de investimentos, de mercadorias e de informação propiciada pela flexibilização das fronteiras nacionais e pelo desenvolvimento tecnológico na área de informações e da microeletrônica. As origens da atual globalização podem ser encontradas nos fins da Segunda Guerra, quando os aliados, diante a vitória iminente,

reuniram-se⁴ e elaboraram uma nova ordem econômica-financeira para o mundo pós-guerra.

Incentivadas por esse movimento, as grandes companhias multinacionais intensificaram a transferência de capitais/setores produtivos de suas pátrias para outros países em condições mais vantajosas, em relação a matérias primas, custos de produção e relações capital-trabalho, de acordo com Kennedy (1993, p. 47).

Mais tarde, graças ao desenvolvimento tecnológico, especialmente no campo das telecomunicações e da informática, as grandes companhias desmembraram sua produção e instalaram unidades em vários países, que cuidavam de suas diferentes etapas de produção. Agindo assim, elas criavam dentro da própria empresa um intenso comércio, rompendo as fronteiras dos Estados e incentivando o processo de globalização.

Mas foi no final do século XX, durante a crise de 1970-1990, que o processo de globalização se intensificou. No contexto de estratégias de reajuste do capitalismo, os diferentes países passam a se reunir em blocos comerciais.⁵ Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais se expandem agressivamente pela economia mundial, que se amplia e se integra, sob a égide do neoliberalismo.

Apesar de remontarem às idéias do inglês Adam Smith e do francês Quesnay, no século XVIII, as teorias neoliberais vieram a germinar na década de 40 do século passado, quando Friedrich Hayeck, autor de *O Caminho da Servidão*, de 1944, consegue reunir, na cidade de Mont-Pèlerin, adeptos bastante respeitados da comunidade intelectual internacional, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi (ANDERSON, 2000, p. 10). Conforme Frigoto (1995), além de combater qualquer forma de intervenção do Estado nos mecanismos de mercado as teorias neoliberais colocavam-se absolutamente contrárias ao comunismo e defendiam um capitalismo desprovido de regras, baseado nas leis do mercado, fundamentado na concorrência, tida como imprescindíveis à prosperidade.

⁴ A Conferência de Breton Woods, New Hampshire (EUA), reuniu 44 países que, sob forte influência norte-americana criaram um sistema destinado a reduzir o forte protecionismo vigente em todos os países e a instaurar novas regras reguladoras da economia mundial, de acordo com Frigoto (1995).

⁵ Além do NAFTA, são exemplos desses blocos, a OCDE, a ALCA e o Mercosul.

A partir da década de 70, alguns fatores propiciaram o fortalecimento do neoliberalismo. O primeiro foi a recessão, que propiciou aos neoliberais o contexto necessário para responsabilizar os sindicatos e o próprio movimento pela crise, uma vez que estes teriam, com suas exigências salariais e beneficiárias, exaurido os cofres do Estado. O discurso neoliberal passou a reivindicar um estado liberal do ponto de vista econômico e social, mas autoritário em relação aos trabalhadores e aos gastos públicos (ANDERSON, 2000, p. 10-11).

O segundo fator, de acordo com Barbosa Filho (2002, p.85), ocorre a partir do final da década de 1970,

[...] com a ascensão dos governos conservadores de Thatcher e Major, na Inglaterra, das administrações republicanas de Reagan e Bush, nos Estados Unidos, do governo de Kohl, na Alemanha, do governo de Schluter, na Dinamarca[...]

Estes governos aplicaram os programas neoliberais com variáveis de país para país, o que deu às teorias neoliberais credibilidade, popularidade e o caráter de modernidade.

Logo, influenciados pelos Estados Unidos, organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Acordo Geral das Tarifas (GATT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também adotaram a ideologia neoliberal e impuseram aos países em desenvolvimento programas neoliberais.

Sofrendo os efeitos da recessão, que foram agravados pela crise da dívida dos anos 80, esses países, precisando do aval dos órgãos financeiros internacionais para renegociarem suas dívidas externas, não tiveram outra alternativa senão acatar as imposições, adotando medidas austeras de saneamento financeiro, desregulamentação e abertura da economia.

Até agora, a globalização tem beneficiado principalmente os países desenvolvidos, aumentando em muito, nos últimos anos, a diferença existente entre suas riquezas e a dos países em desenvolvimento. Tem, ainda, provocado o surgimento de “bolsões” de miséria naquelas regiões que não têm condições de inserção nesta nova ordem.

Mas não se pode negar que a abertura comercial produziu efeitos positivos para as diferentes economias nacionais, contribuindo para o controle da inflação e a expansão de suas exportações e importações.

Esta síntese contextual tem por finalidade mostrar a importância da informação para a atualidade e quão necessária é sua precisão e a agilidade na obtenção da mesma.

Ao aproximar as diferentes regiões do planeta, agilizando as trocas culturais, fomentando a troca de informações de todos os tipos, técnicas, científicas, artísticas, religiosas, a globalização contribuiu, também, para a ampliação da base de conhecimentos sobre a qual se assenta a sociedade humana.

Evidentemente, estas mudanças acabaram ressaltando a importância da informação e demonstrando a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de dados.

Partindo dessa premissa, as unidades de informação necessitam de mecanismos que possibilitem a geração de informações precisas e de recuperação ágil e eficaz.

A Biblioteconomia, como veremos na próxima seção, ao longo de sua história, teve como um de seus objetivos a guarda e recuperação de informações contidas em seus acervos, e a catalogação foi um dos mecanismos utilizados.

A catalogação, como mecanismo essencial para a padronização e descrição das informações, é construída a partir de regras que ofereçam o máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais, procurando garantir a unicidade do item informacional representado e, ao mesmo tempo, sua universalidade.

Torna-se essencial, portanto, a existência de padrões que possibilitem uma interpretação uniforme e universal, em qualquer idioma e em qualquer tipo de unidade de informação, por catalogadores e usuários nos mais diversos ambientes informacionais.

Nesse contexto, a proposta apresentada pelo **RDA: Descrição e acesso ao recurso** é um esquema criado para viabilizar, de modo eficiente, a construção de formas de representação para a satisfação dos usuários da informação.

A próxima seção abordará, de modo geral, os impactos das tecnologias sobre a catalogação, pontuando a representação descritiva.

3 IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS SOBRE A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

A síntese contextual exposta na seção anterior embasa historicamente o desenvolvimento da catalogação, particularmente, da descrição bibliográfica no século XX, ressaltando daqueles fenômenos para a busca incessante de formas cada vez mais aperfeiçoadas de descrição bibliográfica. Essa seção tem como ponto de partida o desenvolvimento dos códigos nos Estados Unidos e as propostas da International Federation of Libraries Associations (IFLA).

Segundo Barbosa (1978), a opção pela adoção do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) ocorreu, oficialmente, a partir de 1969, data da tradução brasileira, devido às necessidades de uniformidade de entradas para obras representadas em catálogos apontadas por escolas de Biblioteconomia e de acordo com a finalidade da Conferência de Paris.

A finalidade desta Conferência era a aplicação dos Princípios de Catalogação relativos à padronização de nomes pessoais por países de um mesmo grupo lingüístico, entre os quais encontrava-se o Brasil, representado por Maria Luisa Monteiro da Cunha.⁶

Após discussões, reuniões e cursos organizados por diversas instituições, como o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT), a Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Nacional do Livro (INL) o AACR foi oficialmente aceito pelas escolas de Biblioteconomia e bibliotecas.

Carneiro⁷ (2005) confirma o exposto no parágrafo anterior, assim como Modesto (2007).

Conforme Barbosa (1978), o código de catalogação, mais antigo, foi o elaborado por Charles C. Jewett, em 1852, baseado nas 91 Regras de Panizzi⁸. Cumpre ressaltar que, de acordo com Ana Maria Machado (2003), ele foi, também, o

⁶ Bibliotecária, elaborou as regras para padronização de nomes brasileiros e portugueses, inseridas como apêndice no AACR, AACR2 e no AACR2r.

⁷ Informação pessoal fornecida pela Professora Regina Carneiro, responsável pela tradução do AACR2, 1983-1985.

⁸ Em 1841, Anthony Panizzi elaborou 91 regras, que resultaram no primeiro código de catalogação.

precursor da catalogação única, ou seja, catalogação cooperativa para gerar os catálogos coletivos, que necessitam de registros padronizados para desempenharem eficazmente sua função de localizar documentos e atender prontamente os usuários.

A seguir, temos o código de Charles Ami Cutter, conhecido por sua tabela para notação de autores. Barbosa (1978, p. 29) informa a respeito:

[...] consagrou a existência da escola americana de catalogação, ao publicar, em 1886, suas *Rules for a dictionary catalog*, cuja quarta e última edição em 1904, coincidiu com a preparação do primeiro código da ALA. (grifo do autor).

[...]

É comum pensar-se que *Rules for a dictionary catalog*, talvez pelo seu título, seja uma obra que incluía apenas regras para catálogos-dicionários.

[...]

No entanto, trata-se de um verdadeiro código, consistindo em 369 regras que incluem normas não só para entradas por autor e por título, mas também para a parte descritiva, cabeçalhos de assunto, e ainda alfabetação e arquivamento de fichas.

A American Library Association (ALA), em 1908, publicou seu primeiro código, reunindo as regras estabelecidas por Panizzi, Jewett, Cutter e pela Library of Congress (LC), adotando-as como padrão. Este Código foi editado três vezes para atender às solicitações dos bibliotecários, que não o aceitavam em sua totalidade, alegando, principalmente, o excesso de detalhamento de regras. A segunda edição, denominada preliminar e publicada em 1941, estava estruturada em duas partes: a primeira para entradas e cabeçalhos e a segunda para a descrição de livros, totalizando 324 regras, e apêndices. A segunda edição definitiva foi publicada em 1949 em dois volumes. O volume *ALA Cataloguing rules for author and title entries*, editado por Clara Beetle e publicado pela ALA, popularmente conhecido como *Red Book*, contém regras para a escolha e forma dos cabeçalhos.

O outro volume foi elaborado pela Library of Congress (LC) para contemplar a descrição bibliográfica, uma vez que, o Código da ALA não mencionava regras para esta parte da catalogação. Inclui regras para livros, periódicos e alguns tipos de materiais não livro.⁹ Foi publicado com o título: *Rules for a descriptive cataloging in the*

⁹ Material não livro é a forma adotada pela International Standard Bibliographic Description for Non Book Materials (ISBD (NBM)) para identificar os materiais por ela abrangidos e que não fossem periódicos ou livros.

Library of Congress, conhecido popularmente como Green Book, e as regras foram adotadas pela ALA.

Barbosa (1978, p. 37) informa a este respeito:

Este volume referente à catalogação descritiva apresentou a grande inovação, em relação aos códigos existentes, de possuir uma introdução contendo os objetivos da catalogação descritiva e os princípios em que se devia fundamentar sua aplicação.[...] Dele existe, inclusive, uma tradução em língua portuguesa, por Maria Luisa Monteiro da Cunha, divulgada pela própria LC em 1956.

Como consequência das divergências existentes entre os bibliotecários em relação às regras propostas em 1949, a ALA solicitou a Seymour Lubetzky¹⁰ que avaliasse o código publicado. Seu relatório, publicado em 1953, tornou-se, segundo Barbosa (1978, p. 38): "[...] a mais importante contribuição do século XX no campo da Catalogação."

Após a publicação do relatório e, de acordo com o Joint Steering Committee for a Revision of Anglo-American Cataloguing Rules (2006), em 1956, Lubetzky assumiu a função de editor do código revisado e, em 1960, publicou uma lista de sugestões de mudanças.

O novo código foi publicado em 1967 como Anglo-American Cataloging Rules (AACR) em duas versões, uma norte-americana e outra britânica. Os textos estavam divididos em três partes:

- a) Parte I: entrada e cabeçalho baseada nos Princípios de Paris (sobre os quais exporemos as características na próxima seção), regras do Código da ALA de 1949 e o relatório de Lubetzky;
- b) Parte II: descrição: formada pelas regras da Library of Congress revistas;
- c) Parte III: outros documentos: contém regras para escolha da entrada e descrição baseadas na regras da LC.

O AACR foi traduzido e adaptado para o português com o título: Código de Catalogação Anglo-Americano, em 1969, por Abner Lellis Corrêa Vicentini e Astério Campos.

¹⁰ Seymour Lubetzky (1898- 2003) é considerado um dos mais conceituados teóricos da catalogação.

Considerando o foco deste trabalho, analisaremos a Parte II – Descrição - do AACR em sua forma e conceito. Além de regras específicas para a descrição de livros, esta parte contempla os Princípios da Catalogação Descritiva.

Estes Princípios, mencionados no Código de Catalogação Anglo-Americano (1969, p.231),

[...] estabelecem a base comum para as regras de catalogação descritiva de todos os tipos de documentos. Sua aplicação habilita o catalogador a resolver, dentro do espírito e da intenção das regras, os problemas catalográficos que não foram especificamente tratados no código.

Como se pode constatar, as regras, por não serem taxativas, permitem interpretações de acordo com o critério de cada catalogador, gerando registros semelhantes e não idênticos para uma mesma obra. Elas mencionam também a possibilidade de utilização de formas alternativas como guias, índices, listas e outros, caso não existam regras específicas para descrever um documento.

Estes mesmos Princípios (CÓDIGO, 1969, p. 231) mencionam os objetivos da catalogação descritiva como sendo:

1) determinar as características fundamentais de um documento com o intuito de distingui-lo de outros, descrevendo seu escopo, conteúdo e relações bibliográficas com outros documentos; 2) apresentar esses dados em ficha catalográfica que, por sua vez, é intercalada em um catálogo juntamente com as fichas que descrevem outros documentos, procurando atender, assim, as necessidades da maioria dos utilizadores.

Analisando os objetivos expostos, entendemos tratar-se de um todo que não especifica a forma e apresentação de dados, que serão explicitadas nas regras. Esta citação, porém, nos fornece um patamar sólido para realizarmos a escolha certa. Em relação à “organização da descrição”, a escolha é do catalogador, que, novamente, ocasionará interpretações próprias com o intuito de prestar melhor atendimento ao usuário, assim como é livre a utilização de maiúsculas e minúsculas, pontuação, abreviaturas. Apesar disso, na página 234 - Regras gerais - do mesmo Código, existe uma ordem para apresentação dos elementos descritivos, sem ser taxativa. Isto, via de

regra, dificulta a padronização das informações descritivas, pois seu uso dependerá do conhecimento tácito do catalogador.

Importante lembrar que estas regras foram baseadas nas da Library of Congress, que as utilizava, porém, sem uma base teórica explícita, uma vez que, anteriormente ao AACR, elas atendiam às suas necessidades, mesmo não resultando na almejada normalização se aplicadas em maior amplitude.

Segundo Cunha (1977), a padronização da descrição bibliográfica, como podemos verificar, não era considerada como um dos aspectos importantes da catalogação.

A necessidade do estabelecimento de padrões mais claros e rígidos aumentou à medida que a produção de documentos passíveis de serem armazenados ampliou e as dificuldades de interpretação das regras, consideradas subjetivas, também aumentaram.

A IFLA, ciente desta necessidade, formou um Grupo de Estudos para viabilizar uma proposta de padronização internacional para a catalogação.

O relatório elaborado pelo Grupo de Estudos foi apresentado no International Meeting of Cataloguing Experts, 1969, Copenhague.

Os objetivos desse Grupo de Estudos foram os seguintes, de acordo com Cunha (1977, p.10):

(1) a reunião dos princípios da CIPC¹¹ anotados por A. H. Chaplin e Dorothy Anderson e (2) o estudo e discussão do documento elaborado por Michael Gorman sobre a descrição bibliográfica normalizada (Standard Bibliographic Description).

O documento, gerado e aprovado por este evento, foi o International Standard Bibliographical Description (ISBD). O Joint Steering Committee for a Revision of Anglo-American Cataloguing Rules (2006) complementa:

[...] iniciou-se o desenvolvimento da International Standard Bibliographic Description (ISBD). O objetivo foi identificar os componentes da descrição

¹¹ CIPC = Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação.(inserção nossa).

bibliográfica, sua ordem de apresentação preferencial e a pontuação necessária. (tradução livre).¹²

A abrangência do objetivo pode ser melhor compreendida por meio do esclarecimento expresso na ISBD(M) (2005), revisão 2002 com versão em português de Portugal:

0.1.2 Objectivo

O objectivo principal das ISBDs é dar as directivas que permitam uma catalogação descritiva compatível à escala mundial, de forma a facilitar a troca internacional de referências bibliográficas entre agências bibliográficas nacionais e entre a comunidade internacional das bibliotecas e da documentação. Ao definir os elementos necessários numa descrição bibliográfica, prescrevendo a sua ordem de apresentação e a pontuação que os delimitam, as ISBDs visam:

A. tornar intercomunicáveis as referências bibliográficas produzidas por diferentes fontes, de forma que as referências produzidas produzida[sic] num país possam ser facilmente integradas nos catálogos ou na bibliografia de qual[sic] outro país;

B. ajudar à compreensão das referências apesar das barreiras linguísticas, de forma que as referências produzidas para os utilizadores de uma língua, possam ser entendidas pelos utilizadores de outras línguas;

C. facilitar a conversão das referências bibliográficas em formato legível por máquina.

A ISBD foi desenvolvida por tipo de material ou suporte, conforme mencionado a seguir¹³:

- a) ISBD(A): International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian), para monografias anteriores a 1801 ;
- b) ISBD(CF): International Standard Bibliographic Description for Computer Files, para Recursos eletrônicos alterada para ISBD (ER), em 1995;
- c) ISBD(CM): International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials, para Materiais cartográficos;

¹² At the International Meeting of Cataloguing Experts in Copenhagen in 1969, a program of International Standard Bibliographic Description (ISBD) was developed. The objective was to identify components in a bibliographic description, their preferred order, and the necessary punctuation.

¹³ As ISBDs não foram elaboradas simultaneamente, mas seguindo um planejamento baseado na necessidade e “quantidade” de suportes existentes. Exemplificando: a primeira ISBD a ser publicada foi a ISBD(M) para monografias.

- d) ISBD(CR): International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources, para recursos contínuos, inclusive periódicos;
- e) ISBD(ER): International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources, para Recursos Eletrônicos;
- f) ISBD(G): General International Standard Bibliographic Description; contém as Regras gerais aplicáveis a todas outras ISBD;
- g) ISBD(M): International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications, para Monografias;
- h) ISBD(NBM): International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials, para materiais não livros, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões;
- i) ISBD(PM): International Standard Bibliographic Description for Printed Music, para Partituras;
- j) ISBD(S): International Standard Bibliographic Description for Serials, alterado para ISBD(CR).

Estas explicações tornam-se importantes para compreendermos que a diversificação dos suportes informacionais aumenta a necessidade de padronização das informações, possibilitando a compreensão de registros bibliográficos em qualquer idioma e a geração de catálogos coletivos com qualidade, tornando possível a concretização do controle bibliográfico, projeto almejado desde Antiguidade.

A Comissão da IFLA responsável pela revisão do AACR iniciou seus trabalhos pela comparação do seu capítulo 6 com a ISBD(M). À medida que as ISBDs foram sendo elaboradas os capítulos do AACR foram adequando-se às mesmas, e foram criados novos capítulos complementares.

Em 1978 foi publicado o Anglo-American Cataloguing Rules, Second edition (AACR2)¹⁴, unificando os dois textos anteriores: o dos Estados Unidos e o britânico.

O AACR2 manteve os pontos de acesso em conformidade com os Princípios de Paris, e a descrição passou a incorporar o padrão ISBD.

¹⁴ Em português: Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, identificado pela sigla do título em inglês: AACR2.

De acordo com o Joint Steering Committee for a Revision of Anglo-American Cataloguing Rules (2006), suas principais atualizações datam de 1988, 1998 e 2002.

As atualizações foram incorporando os novos suportes informacionais, porém, surgiu a necessidade do estabelecimento de novos padrões conceituais para atender a demanda gerada pela globalização e os avanços tecnológicos.

Conforme os textos de Pereira (1998, p. 123) e Siqueira (2003, p.33), a catalogação sempre utilizou a tecnologia como uma das ferramentas para sua execução.

O desenvolvimento dos códigos de catalogação e sua abrangência remetem a uma outra análise: a forma de se disponibilizar e acessar as informações depositadas em acervos.

Assim como as bibliotecas, as regras para estruturar as informações e os suportes que as contém evoluíram também, acompanhando a disponibilidade dos materiais existentes em cada época ou os mais apropriados a cada tipo de biblioteca. Entre os diversos suportes mencionamos argila, papiro, papel e, atualmente, as mídias digitais.

Os suportes, por sua vez precisavam de ferramentas ou equipamentos para gravar ou imprimir as informações. Entre elas, destacam-se canetas, máquinas de escrever e computadores. Os computadores vieram suprir a necessidade de acesso às informações por um maior número de usuários, decorrente das mudanças causadas pelo avanço da tecnologia.

Para Barbosa (1978, p. 196),

A necessidade de prover serviços em maior profundidade e de forma mais rápida a um maior número de usuários, bem como o aumento quantitativo dos materiais tradicionais, acrescentado ao aparecimento de novas formas de materiais, levaram as bibliotecas dos países desenvolvidos a optar pelo uso de computadores para processamento de suas operações internas. Por meio de processos simplesmente manuais (fichas catalográficas) tornava-se impossível garantir o tratamento técnico atualizado das coleções e o atendimento, em tempo hábil, aos usuários. (acréscimo nosso).

Ana Maria Machado (2003) confirma Barbosa, ao referir-se às necessidades do Controle Bibliográfico Universal:

O aumento na produção de livros e a conseqüente necessidade de organização desse material exigem um aprimoramento nas condições de sua recuperação.(p.73)

[...]

É perceptível o novo modo de apresentação do controle da informação científica e tecnológica, utilizando-se do potencial tecnológico. Entre outros ganhos, encontra-se a criação das chamadas bases de dados. Essa nova disposição diz respeito, principalmente, às formas de acesso às informações bibliográficas. (p.75).

A necessidade de criação de um formato para inserção de dados em computador se justifica, de acordo com Barbosa (1978, p. 199),

Para que os dados catalogados possam ser processados pelo computador é necessário colocá-los em forma legível por máquina, identificando os elementos, de forma explícita, para fins de manipulação pelo computador.

A Library of Congress, a partir de 1960, iniciou estudos para elaboração de um formato que transformasse as informações escritas em um catálogo manual para um automatizado. Destes estudos resultou o formato MARC, “[...] acrograma para Machine-Readable Cataloging (Catalogação Legível por Computador)”, conforme Barbosa (1978, p. 199), que foi adotado por bibliotecas em suas bases de dados.

No Brasil, em 1972, Alice Príncipe Barbosa¹⁵ defendeu sua dissertação de mestrado sobre o formato Calco, baseado no formato MARC II e, no ano seguinte, propôs sua viabilização pelo IBBD.

A primeira publicação do Formato Calco data de 1977 e seu prefácio informa:

Para o IBBD, interessado em dinamizar seu serviço de fichas impressas, a aplicação do CALCO se afigurava a solução para conseguir que grande número de bibliotecas brasileiras integrassem, mais eficazmente, a central de catalogação em planejamento.

[...]

Por outro lado, compreendendo o IBBD a importância de se formar, na Biblioteca Nacional, a central de catalogação cooperativa da produção bibliográfica brasileira, ofereceu à BN o manual de instrução do CALCO, para o necessário desenvolvimento e a realização da primeira experiência de sua aplicação.

¹⁵ Bibliotecária, responsável elaboração e implantação do Formato Calco.

O formato Calco não permaneceu em uso e alguns dos softwares utilizados no Brasil adotam o formato MARC como padrão. Isto veio reforçar a importância da criação de softwares específicos com este formato, para utilização em bases de dados bibliográficos.

Os softwares específicos para armazenamento e processamento dos catálogos de acervos bibliográficos foram elaborados para reproduzir e substituir os catálogos manuais, e todas as suas características. Para torná-los o mais próximo dos catálogos manuais, a tecnologia deve prever todos os processos possíveis. Aparentemente, um dos mais relevantes é o relacionamento entre os diversos registros, que permite recuperar, por exemplo, assunto, autor, título de uma obra em diversos suportes existentes na base de dados, ou diversas obras sobre um assunto em um único ou diversos suportes.

Ana Maria Nogueira Machado (2003, p. 70) pondera:

Uma maneira mais adequada e que demanda menos tempo para chegar ao mesmo objetivo encontra-se na construção de um modelo de recuperação da informação que apresente conduta análoga ao modo manual de busca. O desempenho do sistema criado tem que ser cópia do comportamento do outro.

A padronização da descrição bibliográfica também se tornou imprescindível por ampliar a eficiência dos softwares e melhorar seu desempenho.

Dos softwares que utilizam o formato MARC 21¹⁶, destacamos três, utilizados por grandes instituições de ensino brasileiras, que possuem grandes acervos e necessitam alterações freqüentes. Novas versões dos softwares são geradas a partir das necessidades dos usuários. São eles¹⁷:

a) PERGAMUM:

O PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas - é um sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A sede encontra-se na cidade de Curitiba, situada à Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP 80242-980. O Sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em Delphi, utilizando banco de dados

¹⁶ Versão atual, resultado da atualização do Formato MARC.

¹⁷ As menções dos softwares tem como finalidade expor sua abrangência, em linhas gerais e não expor as versões mais atuais.

relacional SQL. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada da aquisição ao empréstimo, tornando-se um software de gestão de Bibliotecas. (PONTIFÍCIA..., [2007?]).

b) ALEPH

O sistema integrado de bibliotecas ALEPH 500™ é um líder de mercado na automação de bibliotecas e centros de pesquisa. Baseado nos padrões da indústria, este sistema avançado reflete o compromisso da Ex Libris com a produção de ferramentas eficazes de gerenciamento do conhecimento, entregando aos nossos clientes um moderno pacote de ferramentas que facilita a administração de suas instituições. Após duas décadas de experiência, milhares de clientes leais pelo mundo atestam às forças do software e as soluções encontradas pela Ex Libris para lidar com os desafios tecnológicos que as bibliotecas enfrentam no tão dinâmico mundo da informação. (ALEPH, c 2005).

c) VIRTUA

Baseado em padrões. Completamente integrado. Flexível. Aberto. O Virtua ILS(Integrated Library System) é tudo isso e muito mais. Com ferramentas visionárias, tais como FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records), Notificações de Update através do DSI, Revisões de Usuários e uma interface Smart Device para consulta ao catálogo, o Virtua configura um novo padrão internacional para o mercado de bibliotecas. Fornecendo suporte completo multilíngue e baseado em uma sólida base Oracle, o Virtua é designado para bibliotecas que esperam mais do que os olhos podem alcançar. Com mais de 25 anos de experiência no mercado de bibliotecas, sabemos que não há duas bibliotecas iguais, com as mesmas necessidades. Por isso designamos o software flexível que permite criar perfis customizados para cada biblioteca e usuário do staff acessarem mais de 600 funções através do sistema. Designado para possibilitar flexibilidade e fácil utilização pelos leitores e pelo staff da biblioteca. Permite configurar as regras e os parâmetros de acordo com sua biblioteca. Fácil de usar e fácil para treinamento de sua equipe, o Virtua oferece funcionalidade integrada entre os módulos, incluindo os sistemas de catalogação, aquisições, periódicos, circulação e gerenciamento de relatórios. Capacidade de integração completa, permitindo mudar de um módulo para outro, sem precisar efetuar novo login, bastando um atalho no teclado ou simples click do mouse. (VIRTUA, 2005).

Este trabalho não tem por objetivo a análise dos softwares. Por isso sua menção é apenas ilustrativa e servirá como apoio aos conteúdos que se seguem.

A ampliação das necessidades de padronização e a recuperação eficiente das informações tornaram evidente que a catalogação tem que ser repensada do ponto de

vista teórico, com vistas à aplicação das formas de padronização das informações em meio digital.

Entretanto, qualquer inovação ou mudança realizada na atividade ou processamento de informações de uma unidade informacional acarreta uma série de mudanças que acabam garantindo ao usuário a melhoria no nível de atendimento, desde que seja mantida a padronização.

Tais considerações nos levam a apresentar na próxima seção a Conferência de Paris e os encontros de especialistas para novas abordagens sobre padrões de catalogação.

4 DA CONFERÊNCIA DE PARIS AOS ATUAIS IFLA MEETING OF EXPERTS

A globalização e conseqüente intensificação na troca de informações ocasionaram mudanças no “pensar” a catalogação, visando a sua adequação a uma nova situação.

Nesta seção discorreremos sobre a teoria da catalogação, ou seja, os conceitos que nortearam e norteiam todo seu processo, considerando como marco inicial a Conferência de Paris realizada em 1961.

Ribeiro (2005), discorrendo sobre o desenvolvimento das “práticas biblioteconômicas”, afirma:

Embora as práticas empíricas de organização da informação tenham estado sempre associadas ao respectivo processo de produção e armazenamento, porque só assim se tornava possível a recuperação e o uso recorrente da própria informação, a reflexão sobre essas práticas e o desenvolvimento disciplinar em torno delas são criações relativamente recentes, quando comparadas com a história milenar do processo informacional. Ao longo dos tempos, foram surgindo formas cada vez mais complexas de organização e tratamento da informação.

Sem dúvida, a afirmação de Ribeiro parece polêmica, quanto ao surgimento de formas cada vez mais complexas de organização e tratamento da informação. Porém, tem-se notado que a técnica de registrar ou codificar documentos em uma ficha catalográfica em papel e, atualmente, em base de dados, sejam eles apresentados na forma de livros convencionais, livros eletrônicos, em CD-ROM, mapas, músicas e outros formatos e suportes que contenham informações, vem exigindo uma permanente reformulação de conceitos e práticas catalográficas.

4.1 Princípios de Paris (1961)

Barbosa (1978) menciona a Conferência de Paris, de 1961, como é conhecida a International Conference on Cataloguing Principles (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), como a precursora da normalização das entradas (mais

tarde pontos de acesso) e cabeçalhos das obras existentes e passíveis de serem catalogadas.

Seymour Lubetzky, considerado um dos pensadores da catalogação, foi quem propiciou a elaboração dos Princípios de Paris.

Isto é confirmado por Gorman (2000), quando menciona as críticas de Lubetzky às regras do Código da ALA, de 1949, elaboradas a partir da pergunta: “esta regra é necessária?”¹⁸. Lubetzky questionou regra por regra, gerando uma publicação que, posteriormente, serviu de base à elaboração dos Princípios de Catalogação, nominados Princípios de Paris.

Barbara Tillet (2003) complementa:

Os princípios básicos elaborados e defendidos por ele serviram de base para discussão com seus colegas internacionais da IFLA, para desenvolver uma Declaração de Princípios, em 1961, em Paris, resultando nos famosos “Princípios de Paris”. Os “Princípios de Paris” ainda são hoje os princípios subjacentes e inseridos em quase todos os códigos de catalogação usados ao redor do mundo. (tradução livre)¹⁹

Pierre Gavin (2006) ressalta:

Os pontos principais apontados por Lubetzky foram:

- Catálogo = auxiliar para exploração dos recursos da biblioteca
 - Distinção entre obra e livro
 - Privilégier a entrada principal
 - Fidelidade à página de rosto
 - Profundidade na catalogação: nem mais nem menos que o necessário
- Contribuição essencial à definição dos Princípios de Paris. (tradução livre).²⁰

¹⁸ Is this rule necessary?

¹⁹ He went on to draft basic principles and then defended them and worked closely with his international colleagues in IFLA to develop a Statement of Principles in 1961 in Paris, resulting in the famous “Paris Principles.” The “Paris Principles” are still today the underlying principles behind nearly all of the cataloging codes used throughout the world. This past August IFLA held another meeting of cataloging rule makers - this time for cataloging codes used in Europe.

²⁰ Lubetzky

Quelques points forts:

- Catalogue = aide à l'exploitation des ressources de la bibliothèque
 - Distinction entre "oeuvre" et "livre"
 - Primauté de l'entrée principale
 - Collectivités comme auteurs
 - Fidélité à la page de titre
 - Profondeur de catalogage: ce qui est nécessaire, ni plus ni moins
- Contribution centrale à la définition des Principes de Paris

4.2 Princípios de Paris (2003)

A necessidade de adequação da catalogação às novas formas de recuperação das informações em catálogos de bibliotecas, advindas das mudanças tecnológicas, gerou o estabelecimento de novos princípios que suprissem as falhas ocasionadas pelas mudanças.

A proposta de revisão dos Princípios de Paris (1961), por serem os norteadores da maioria dos Códigos de catalogação existentes hoje em dia, foi a solução encontrada pela IFLA para propiciar o desenvolvimento de padrões que supram satisfatoriamente as necessidades dos usuários da informação.

O processo foi desenvolvido da seguinte maneira: após estudos realizados por especialistas em catalogação foi realizado o “1º Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional”, em Frankfurt, em 2003. Nesse evento, os Princípios de Paris, 1961, foram revistos e atualizados, resultando em um documento preliminar denominado International Principles of Cataloguing, traduzido em Portugal, com o título: Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2003).

A tradução portuguesa dos Princípios (2003) é a que utilizamos em nosso trabalho. Transcrevemos a seguir, parcialmente, seu “termo de abertura”, para confirmar o exposto anteriormente:

A Declaração de Princípios – conhecida geralmente por “Princípios de Paris” – foi aprovada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961. O seu propósito de servir, como base, para uma normalização internacional na Catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde essa altura, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva.

Passados quarenta anos, ter um conjunto comum de princípios internacionais de catalogação tornou-se ainda mais desejável uma vez que catalogadores e respectivos clientes, em todo o mundo, usam OPACs (Online Public Access Catalogues) de múltiplas proveniências. Neste momento, no dealbar do século XXI, a IFLA desenvolveu esforços para adaptar os Princípios de Paris a objectivos que se aplicam aos catálogos de bibliotecas em linha e para lá deles. O primeiro desses objectivos é servir a conveniência do utilizador do catálogo.

A partir desses apontamentos traçamos uma comparação das duas declarações:

a) Abrangência:

1961 - escolha de pontos de acesso e cabeçalhos

2003 - escolha de pontos de acesso e cabeçalhos; descrição bibliográfica de assuntos.

b) Funções do catálogo:

1961

2 Funções do Catálogo

O catálogo deve ser um instrumento eficiente para determinar:

2.1 se a biblioteca contém determinado livro caracterizado por

a) seu autor e título, ou

b) se o autor não figura no livro, somente o seu título, ou

c) um substituto apropriado quando tanto o autor como o título são inadequados ou insuficientes para identificação.

2.2 a) obras de um determinado autor existem e,

b) edições de uma determinada obra que exista na biblioteca.

2003

As funções do Catálogo destinam-se a permitir ao utilizador:

Encontrar recursos bibliográficos numa colecção (real ou virtual) como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos ou relações dos recursos:

3.1.1. Para localizar um determinado recurso.

3.1.2. Para localizar conjuntos de recursos representando

todos os recursos pertencentes à mesma obra

todos os recursos pertencentes à mesma expressão

todos os recursos pertencentes à mesma manifestação

todas as obras e expressões de uma determinada pessoa, família ou colectividade

todos os recursos sobre um dado assunto

todos os recursos definidos por outros critérios (como língua, país de publicação, data de publicação, formato físico, etc.), normalmente como delimitação secundária de um resultado de pesquisa.

Identificar

Seleccionar

Adquirir ou obter acesso

Navegar

c) Descrição bibliográfica

1961 - não menciona

2003 - deve ser baseada em Norma internacional, em primeira instância a International Standard Bibliographic Description.

Verificamos que a essência dos Princípios é mantida: satisfação do usuário. Os mecanismos para alcançá-la é que são diferentes. Neste contexto, a descrição bibliográfica assume um caráter formal, devendo ser respeitada, com a aplicação de regras rígidas e claras. Verificamos, também, que a abrangência destes novos princípios permeia todas as etapas da catalogação: pontos de acesso, descrição bibliográfica e física, os antigos “catálogos auxiliares”, chamados atualmente de tabelas²¹, que possam contribuir para a padronização da descrição bibliográfica. Difere, portanto, do objetivo dos Princípios de Paris, de 1961, que privilegiava somente as entradas e cabeçalhos, o que na época causou estranheza a bibliotecários, conforme Cunha (1977, p. 9):

Alguns bibliotecários estranharam que a CIPC se limitasse ao estudo das entradas nos catálogos e listas alfabéticas de autores e títulos. Em sua opinião, a catalogação descritiva e as entradas de assunto também deveriam ter sido estudadas. Todavia, a Comissão Organizadora e os membros da Reunião Preliminar (Londres, 1959) haviam decidido que a Conferência Internacional deveria concentrar sua atenção nos aspectos importantes da Catalogação [...]

Essa preocupação levantou a necessidade de criação de um novo padrão com estrutura conceitual sólida e não apenas decorrente do uso e da necessidade de cada usuário. Este novo padrão, conforme mencionado ao longo do texto, é o RDA, a ser detalhado na próxima seção.

A IFLA propôs a criação de um Código Internacional de Catalogação e para tanto realizou uma série de eventos respeitando e acatando todos os aspectos que os Princípios de Catalogação (2003) prescreviam, e indicam a possibilidade de alterações, se ainda necessário.

Os princípios abaixo indicados (2003), ainda preliminares, cobrem:

1. Âmbito
2. Entidades, Atributos e Relações
3. Funções do Catálogo
4. Descrição Bibliográfica
5. Pontos de Acesso

²¹ Tabelas auxiliares são listas utilizadas para a padronização de elementos que compõe a descrição bibliográfica, elaboradas por bibliotecários responsáveis pelo “processamento do acervo”. Exemplo: tabela de autoridades, utilizada para nomes pessoais, de entidades, de eventos.

6. Registos de Autoridade
7. Fundamentos para permitir a Pesquisa

Estes novos princípios são construídos sobre as grandes tradições catalográficas do mundo, bem como sobre os modelos conceituais estabelecidos nos documentos da IFLA: Functional Requirements of Bibliographic Records (FRBR) e Functional Requirements for Authority Data (FRAD). Barbara Tillet (2007) em sua apresentação: Cataloging Principles, durante o 5º IFLA IME/ICC menciona o estudo em andamento: Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR), para completar a proposta dos FRBR.

4.3 Código Internacional de Catalogação

Freqüentemente presente nas ações a favor da Biblioteconomia, a IFLA, fundada em 1927, lidera, atualmente, o processo de geração de novos conceitos e regras adequadas às novas necessidades. Com a finalidade de propor um novo código de catalogação, realizou uma série de eventos regionais em vários pontos do mundo, abrangendo os itens considerados essenciais: atualização dos Princípios de Paris (estes já mencionados anteriormente), revisão do ISBD e implantação dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (Functional Requirements for Bibliographic Records - FRBR).

O primeiro encontro ocorreu em 2003, na Alemanha e o último (por nós considerado como tal) em agosto de 2007, na África.

O objetivo de todos eles, denominados IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME ICC) = Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional (título em português)²². Nesse evento, o objetivo foi pontuar as semelhanças e diferenças entre os diversos países em relação ao uso dos Códigos de Catalogação, buscando,

²² A menção dos dois títulos nos conduz a um dos problemas que o RDA deverá prever para manter a uniformidade, pois ao traduzirmos títulos de eventos (considerados autores entidades) estaremos ferindo o controle de autoridade que prevê, como dissemos, eleger uma única forma para identificar um autor.

Examinar os códigos de catalogação em uso na Europa e comparar suas semelhanças e diferenças para verificar a possibilidade de juntas, desenvolverem um Código Internacional de Catalogação. (tradução livre).²³

Os conceitos utilizados, como mencionado, foram os que norteiam os do FRAD²⁴ e os do FRBR, cujos objetivos são atender, eficientemente, o usuário e proporcionar o relacionamento de informações no meio digital, necessitando de uma explicação pontual, que também norteia o RDA.

Iniciando um processo de mudanças para a catalogação, a Divisão IV, Seção de Catalogação da IFLA criou um Grupo de Estudos que elaborou um documento denominado “Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos” (FRBR), de acordo com Tillett (2004). O documento estabelece conceitos novos incluindo metadados (visando a facilitar a inclusão e navegação dos dados no meio digital), que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo objetivo principal será a satisfação do usuário.

Moreno (2006) analisa o desenvolvimento dos FRBR:

Ao longo de oito anos, o grupo de estudos oriundo da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da IFLA, com a colaboração de consultores e de voluntários de várias nacionalidades, desenvolveu os FRBR, apresentando um relatório final em 1998, configurando uma recomendação para reestruturar os registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, levando em conta a diversidade de: usuários - usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores;

- materiais - textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;
- suporte físico - papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, etc. e,
- formatos - livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro possa conter.

O Virtua (Virtua, c2005) utiliza o modelo FRBR, conforme especificado na seção 3, e explica como:

²³ To examine cataloguing codes currently in use in Europe to compare their similarities and differences to see if we can get closer together and perhaps develop an International Cataloguing Code. (FIRST..., 2003).

²⁴ Significa: Functional Requirements for Authority Data. Complementa o FRBR na escolha, forma e controle de autores de qualquer natureza (autoridade).

FRBR -- Making Complex Information More Understandable and Usable

O modelo Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) é uma alternativa inovativa para catalogação tradicional—e o Virtua é o primeiro ILS no Mercado atual que suporta este novo modelo. O padrão avançado de catalogação/manuseio de dados do FRBR consolida a informação relacionada a partir de recursos exibidos em uma estrutura de árvore. O registro FRBR básico consiste em três entidades - work, expression e manifestation. Adicionalmente, os registros de item (registros de assinaturas de periódicos) podem ser anexados à manifestação. Por exemplo, a 5ª Sinfonia de Beethoven representa uma Obra (work). Pode ser catalogada independentemente. A performance da sinfonia, por exemplo, pela The New York Philharmonic Orchestra representa uma expressão (expression) do trabalho. Um CD da Columbia Records contém a performance particular representa uma manifestação (manifestation) da obra (work). Duas cópias do CD na biblioteca representam dois "itens" desta manifestação (manifestation).

O FRBR oferece uma forma mais intuitiva de organizar e recuperar a informação, a qual traduz para fácil catalogação, e mais completos resultados de busca pelos usuários. Com o FRBR, pesquisa-se apenas uma única vez para encontrar todos os materiais relacionados, mesmo que estes materiais estejam catalogados em diferentes idiomas, ou com diferentes cabeçalhos de assunto.

Patrick Le Boeuf, (2003?) complementa:

VTLS Inc. lançou, em 2002, a versão 41.0 do sistema para bibliotecas Virtua. Primeiramente a versão possibilita a criação de um catálogo FRBR, para qualquer biblioteca. A extensão MARC possibilita registros em 4 níveis de FRBR, do grupo 1, para entidades e cada catalogador decide se reúne as famílias bibliográficas ou isola documentos, mas sempre obedecendo a estrutura FRBR. (tradução livre)²⁵

A utilização dos conceitos estabelecidos pelos FRBR proporcionará o estabelecimento da recuperação da informação de forma integrada, ou seja, tornará possível a recuperação de uma obra²⁶ em todos os itens²⁷ em que tiver sido manifestada.²⁸

A figura 1, a seguir demonstra graficamente a interação dos conceitos do chamado grupo 1 dos FRBR²⁹:

²⁵ VTLIS Inc. released in 2002 version 41.0 of the Virtua library system. For the very first time, a vendor made it possible for any library to create its own "FRBR catalogue." Extant MARC records can be "split" into the 4 levels of the FRBR Group 1 of entities, and any cataloguer can decide to account for bibliographic families rather than isolated documents, thanks to the FRBR structure.

²⁶ Obra: substitui a palavra livro no conceito do conteúdo.

²⁷ Item: termo utilizado para identificar o objeto físico ou não.

²⁸ Manifestação: a forma de apresentação de uma obra.

²⁹ "Grupo 1 – entidades que são produto de trabalho intelectual ou artístico." (MORENO, 2006, p. 35).

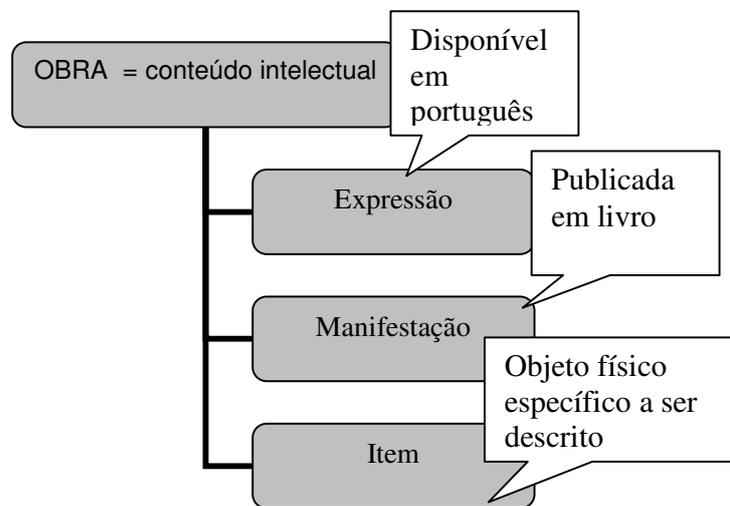


Figura 1 – Grupo 1 dos FRBR
 Fonte: adaptado de Tillett, 2007, p. [1]

Na realidade, pretende-se, com a aplicação dos FRBR às bases de dados, implementar os elos de ligação existentes nos catálogos manuais, anteriormente, as remissivas simples, cruzadas e explicativas, além dos conceitos que visam ao entendimento único das regras, minimizando as diferenças de interpretação.

A AACR2, revisão 2002 (CODIGO..., 2005), confirma a utilidade das remissivas ao manter o capítulo 26 – Remissivas, que, utilizadas em todos os casos em que se fizerem necessárias, possibilitarão uma recuperação eficaz das informações descritas. Os FRBR incorporam este conceito aos seus.

Outro ponto discutido no evento foi a necessidade de revisão da ISBD. O Grupo de Estudos responsável pela proposta apresentou um relatório (CATALOGUING, 2003) comparando as ISBDs e os códigos em vigor na época, com a finalidade de pontuar as semelhanças e diferenças.

A revisão 2003 da ISBD(G), em sua introdução (p.iii), relata pontos que explicam e justificam o exposto no evento:

No início da década de 1990 a IFLA Section on Cataloguing e a Section on Classification and Indexing formaram um Grupo de Estudos para elaborar os Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR). Uma das conseqüências imediatas ao seu desenvolvimento foi a decisão de suspender o

trabalho de revisão das ISBDs enquanto o Grupo de Estudos dos FRBR propôs a mudança “recomendando um nível básico de sua funcionalidade e de informações requeridas nos registros criados pelas agências bibliográficas nacionais.”

Em 1998 o Grupo de Estudos dos FRBR publicou o relatório final, após as recomendações serem aprovadas pela IFLA Section on Cataloguing’s Standing Committee. Ao mesmo tempo o Grupo de Revisão da ISBD elaborou um resumo de seu trabalho. Como resultado final a IFLA Section on Cataloguing’s Standing Committee solicitou ao Grupo de Revisão da ISBD que iniciasse uma revisão em grande escala das ISBDs. O objetivo deste “segundo projeto de revisão geral”, foi assegurar a conformidade entre os requisitos das ISBDs e dos FRBR para a obtenção dos elementos essenciais para a criação de um registro bibliográfico básico, para ser utilizado pelas agências nacionais. (tradução livre).³⁰

O RDA é o próximo item a ser tratado e após esta análise verificamos que sua importância e responsabilidade em relação a sua aceitação irá depender de sua consistência.

³⁰ In the early 1990s, the IFLA Section on Cataloguing with the cooperation of the Section on Classification and Indexing set up a Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR). One immediate consequence of this development was the decision to suspend most revision work on the ISBDs while the FRBR Study Group pursued its charge to “recommend a basic level of functionality and basic data requirements for records created by national bibliographic agencies.” In 1998, the FRBR Study Group published its Final Report after its recommendations were approved by the IFLA Section on Cataloguing’s Standing Committee. At that time the ISBD Review Group was reconstituted to resume its traditional work. As expected, the IFLA Section on Cataloguing’s Standing Committee asked the ISBD Review Group to initiate a full-scale review of the ISBDs. The objective of this “second general review project” was to ensure conformity between the provisions of the ISBDs and FRBR data requirements for the “basic level national bibliographic record.”

5 DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO - RDA

A informação é considerada um bem inerente ao progresso da humanidade, em todas as áreas do conhecimento. A partir desta afirmativa, retirada de domínio público, teceremos um recorte sobre informação.

De acordo com Fernandes (2005, p. 26):

Na atualidade [...] o desenvolvimento tecnológico chega a um ritmo muito intenso. A informação passa a ter suma importância para o homem. A velocidade com que novas informações são geradas cria a necessidade ao homem de permanente atualização. Grande ênfase é dada a comunicação, um volume maior de informação é transmitido a distâncias cada vez maiores em tempos progressivamente menores. O acesso a determinadas informações possibilita às pessoas vantagens de ação antes inexistentes. O homem passa a ser encarado como um processador e um agregado de informações.

Entretanto, esse trabalho tem especial interesse no estudo da transmissão de registros bibliográficos isentos de interferências de qualquer natureza. Por isso, esse texto procurou destacar as falhas possíveis de ocorrerem na elaboração da catalogação descritiva em bibliotecas e outras instituições similares.

Segundo Jaime Robredo (2003, p. [147]) a informação,

“Quando codificada, pode ser armazenada, preservada, reproduzida, transmitida, processada, organizada, reorganizada e recuperada.”

Corroborando essa idéia, MCGarry (1999) explica:

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. (p.11).

[...]

o fornecimento de informações acompanhou o desenvolvimento da geografia ao substituir a distância absoluta pela relativa, e a localização absoluta pela relativa. (p. 124).

Do ponto de vista específico da representação da informação, Alvarenga (2001) expõe, com clareza:

A representação do conhecimento, em nossos dias, não compreende somente a substituição do documento primário por uma informação catalográfica. Considerando-se que o documento não se acha fisicamente em outro espaço, mas no próprio meio que lhe proporciona materialidade, novas formas de se

criar índices de recuperação foram ensejadas. No novo contexto de produção, organização e recuperação de objetos digitais, as metas de trabalho não se restringem à criação de representações simbólicas dos objetos físicos constantes de um acervo, mas compreendem estabelecimento dos denominados metadados, muitos dos quais podem ser extraídos diretamente dos próprios objetos, constituindo-se esses em chaves de acesso a serviço dos internautas.

[...]

Na catalogação bibliográfica tradicional, o documento é representado por um conjunto de informações relativas à sua descrição física e pontos de acesso, representação esta preparada e armazenada em um contexto físico independente do documento primário.

[...]

À medida que as tecnologias da informação foram sendo criadas, disponibilizadas e aperfeiçoadas, os sistemas de representação e recuperação de informações documentais assistiram a uma extrapolação dos limites dos tradicionais catálogos referenciais em fichas, alcançando as bases de dados online.

Este recorte ressalta a importância da codificação da informação em bases de dados bibliográficos e a necessidade de elaboração de um novo esquema, que atenda às necessidades dos usuários.

A Descrição do recurso e acesso (RDA) é o esquema proposto pela IFLA para substituir o Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição, revisão 2002 (AACR2r). Usaremos a sigla RDA, que identifica internacionalmente o esquema.

O relatório preliminar informa como justificativa para a criação do RDA (2005)³¹:

Um elemento chave no projeto da RDA é o seu alinhamento com os modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridades desenvolvidos pela IFLA. Os modelos FRBR e FRAR³² proporcionam à RDA uma estrutura básica que tem o objetivo necessário de dar apoio a uma cobertura abrangente de todos os tipos de conteúdo e de mídia, a flexibilidade e extensibilidade necessária para acomodar novos recursos com características diversas, e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos para funcionar dentro de grandes ambientes tecnológicos. (tradução livre).

Referindo-se aos aspectos que permeiam a catalogação e a descrição bibliográfica, na atualidade, o documento do RDA (2005) diz:

³¹ A key element in the design of *RDA* is its alignment with the conceptual models for bibliographic and authority data developed by the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). The FRBR1 and FRAR2 models provide *RDA* with an underlying framework that has the scope needed to support comprehensive coverage of all types of content and media, the flexibility and extensibility needed to accommodate newly emerging resource characteristics, and the adaptability needed for the data produced to function within a wide range of technological environments.

³² Functional Requirements for Authority Records. Posteriormente alterado para Functional Requirements for Authority Data (FRAD).

As tecnologias digitais mudaram significativamente o ambiente em que bibliotecas, arquivos, museus e outras entidades que administram a informação, trabalham e mantêm suas bases de dados, as quais descrevem e proporcionam o acesso a recursos que integram seus acervos. (tradução livre).³³

A representação descritiva necessita, portanto, de uma forma de transmissão que integre os conceitos FRBR e FRAD, possibilite as interações necessárias às buscas e explicita de forma clara e objetiva para corresponder às necessidades dos usuários não presenciais.

O RDA visa atender a estas demandas. Portanto, fazem-se necessárias sua análise e a verificação das possibilidades de alcance de seus objetivos. Importante considerar que estamos tratando de um assunto em processo de construção que, antes de ser concluído em 2009, passará por revisões. As bibliotecas poderão aplicá-lo somente após sua publicação oficial.

O Joint Steering Committee for Revision of AACR alterou seu nome para Joint Steering Committee for Development of RDA, ao assumir a responsabilidade de criação de um esquema que substituisse o AACR2r.

5.1 Conceitos teóricos

O RDA foi elaborado para ser flexível, ou seja, ser aplicável a qualquer ambiente informacional, seja ele digital ou convencional. Utilizou os conceitos dos FRBR e dos FRAD, conforme mencionado no início desta seção.

O texto sobre o RDA (2005) complementa:

O foco maior do RDA deverá ser o de fornecer diretrizes e instruções no registro de dados que espelhem atributos e relações ligadas a entidades definidas nos modelos do FRBR e FRAR³⁴ (tradução livre).³⁵

³³ Digital technologies have significantly changed the environment in which libraries, archives, museums, and other information management organizations build and maintain the databases that describe and provide access to resources in their collections.

³⁴ Atual FRAD, conforme mencionado anteriormente.

³⁵ The major focus of *RDA* will be on providing guidelines and instructions on recording data to effect attributes and relationships associated with the entities defined in the FRBR and FRAR models.

Especificamente, de acordo com Tillett (2007), a finalidade do FRBR é o apoio às funções

[...] encontrar , identificar , seleccionar , alcançar.

As funções do catalogo mencionadas nos Princípios de Paris, 2003, estão refletidas na menção de Tillett (2007) sobre o apoio dos FRBR ao RDA, conforme mencionado na seção 4.2.

Os FRBR conceituam como entidades³⁶: obra, expressão, manifestação e item, mencionados na figura 1 e confirmados por Moreno (2006, p. 35):

As primeiras quatro entidades que pertencem ao primeiro grupo, compreendem entidades que são produto de trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item. De forma resumida, temos que:

Obra é uma entidade abstrata, uma criação intelectual ou artística distinta. A entidade **Expressão** é a realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser realizada, excluindo-se aí aspectos de alteração da forma física.

Uma **Manifestação** é a materialização de uma expressão de uma obra, ou seja, seu suporte físico, que podem ser livros, periódicos, kits multimídia, filmes, etc., que é representada pelo **Item**, um único exemplar de uma manifestação.

As duas últimas entidades refletem a forma física, são entidades concretas, enquanto as duas primeiras refletem o conteúdo intelectual ou artístico. (grifo do autor).

A aplicação destas entidades ao RDA está esquematizada “de forma detalhada”, para cumprir o objetivo de minimizar ao máximo as possíveis falhas de interpretação.

O esquema elaborado como RDA-FRBR Mapping (2007) mostra, de forma clara, a correspondência entre o RDA e FRBR. Sua tradução, na íntegra, merece um texto à parte. Para este trabalho, traduzimos apenas os tópicos necessários para a análise de seu funcionamento.

Em primeiro lugar, o esquema divide-se em cinco grandes áreas (por nós nominadas desta forma), a saber:

³⁶ Ao todo, são listadas dez entidades, divididas em três grupos: Grupo 1 – entidades que são produto de trabalho intelectual ou artístico, Grupo 2 – entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual, guarda ou disseminação das entidades do primeiro grupo e Grupo 3 – entidades que são ou podem ser assunto das entidades. (MORENO, 2006, p. 35.).

- a) identificação do recurso;
- b) descrição física/ forma de execução-leitura;
- c) conteúdo;
- d) aquisição e acesso;
- e) recursos relacionados.

Estas cinco divisões são compostas por elementos da descrição bibliográfica.

Como mencionado, foram traduzidas partes do mapeamento para a análise. A seguir um exemplo de como está elaborada a área “Identificação do recurso” no que se refere a: título, indicação de responsabilidade e edição. Foram escolhidos por serem elementos utilizados com essa nomenclatura, a partir da implantação da ISBD e do AACR2, sendo de uso comum pelos catalogadores e bases de dados, oferecendo um fácil entendimento:

Mapeamento entre RDA e FRBR

Elemento do RDA	Entidade FRBR correspondente	Atributo/ relacionamento FRBR correspondente
IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO		
Título	Manifestação	Título da manifestação
Título principal	Manifestação	Título da manifestação
Título paralelo	Manifestação	Título da manifestação
Título alternativo	Manifestação	Título da manifestação
Título alternativo paralelo	Manifestação	Título da manifestação
Outras informações sobre o título	Manifestação	Título da manifestação
Outras informações sobre o título paralelo	Manifestação	Título da manifestação
Título variável	Manifestação	Título da manifestação
Último título variável	Manifestação	Título da manifestação
Título chave	Manifestação	Título da manifestação
Título abreviado	Manifestação	Título da manifestação
Título dividido	Manifestação	Título da manifestação

Indicação de responsabilidade	Manifestação	Título da manifestação
Indicação de responsabilidade associada ao título	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade paralela associada ao título	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade associada a edição	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade paralela associada a edição	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade associada a uma revisão nominada de edição	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade paralela associada a uma revisão nominada de edição	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade associada a série	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade paralela associada a série	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade associada a subsérie	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de responsabilidade paralela associada a subsérie	Manifestação	Indicação de responsabilidade
Indicação de edição	Manifestação	Indicação de edição/tiragem
Designação de indicação de edição	Manifestação	Indicação de edição/tiragem

Designação de indicação de edição paralela	Manifestação	Indicação de edição/tiragem
Designação de indicação de revisão nominada de uma edição	Manifestação	Indicação de edição/tiragem
Designação de indicação de revisão nominada de uma edição paralela	Manifestação	Indicação de edição/tiragem

Tradução livre do texto do RDA-FRBR Mapping (2007). Texto original no Anexo A.

Este mapeamento apresentado permite algumas considerações sobre a aplicação do RDA:

- a) as explicações fornecidas no esquema prevêm as ocorrências possíveis na apresentação de títulos, sem especificar o tipo de suporte. Sua proposta é semelhante ao capítulo 1 do AACR2r e da ISBD(G);
- b) os conceitos do FRBR mencionados para especificar “o que estamos catalogando” são claros e objetivos;
- c) o esquema ainda carece de um manual de instruções definitivo.

O FRAD é o outro suporte para o RDA. Relaciona os autores pessoais e/ou entidades autoras ao escopo do RDA. Este trabalho, por se ater a catalogação descritiva apenas menciona este complemento.

A equivalência entre os elementos do RDA e os conceitos do FRBR e do FRAD e, conseqüentemente, aos da catalogação descritiva é importante pois facilita a aplicação do esquema, tanto pelo catalogador quanto pelos softwares, minimizando o ruído entre informações.

5.2 Estrutura

A estrutura do RDA, proposta pelo Joint Steering Committee for Development of RDA em outubro de 2007 contempla duas partes reunindo, no total, 10 seções. O

objetivo desta nova estrutura é uma interação eficiente entre o RDA, FRBR e FRAD, conforme vimos na seção 5.1.

Como pode se ver a seguir, a nomenclatura utilizada nesta estrutura a fim de designar as diferentes seções confirma a interação entre RDA, FRBR e FRAD:

Registro de atributos³⁷

Seção 1 – Registro de Atributos para manifestação e item

Seção 2 – Registro de atributos para obra e expressão

Seção 3 – Registro de atributos para pessoas e entidades

Seção 4 – Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar (tradução livre)

Registro de relações

Seção 5 – Registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item

Seção 6 – Registro das relações para pessoas e entidades

Seção 7 - Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra

Seção 8 – Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens

Seção 9 - Registro das relações entre pessoas e entidades

Seção 10 – Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares (tradução livre)³⁸

As diretrizes e instruções para registros de dados pelo RDA utilizam como base o ISBD(G) e o GARR.³⁹

O Grupo de trabalho da IFLA responsável pela ISBD publicou uma ISBD consolidada em 2007, reunindo, em uma única publicação, todas as ISBDs. Compatibilizaram a linguagem da ISBD com os conceitos do FRBR, à semelhança do RDA. A análise dessa publicação não ocorreu por não estar ainda disponível no período de realização da pesquisa.

³⁷ **Recording attributes**

Section 1. Recording attributes of manifestation and item

Section 2. Recording attributes of work and expression

Section 3. Recording attributes of person, family, and corporate body

Section 4. Recording attributes of concept, object, event, and place (JOINT, 2007).

³⁸ **Recording relationships**

Section 5. Recording primary relationships between work, expression, manifestation, and item

Section 6. Recording relationships to persons, families, and corporate bodies

Section 7. Recording relationships to concepts, objects, events, and places associated with a work

Section 8. Recording relationships between works, expressions, manifestations, and items

Section 9. Recording relationships between persons, families, and corporate bodies

Section 10. Recording relationships between concepts, objects, events, and places (JOINT, 2007).

³⁹ Guidelines for Authority records and references. Revised by the IFLA Working Group on Gare revision. 2nd ed. Munchen: K.G. Saur, 2001. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/garr/garr.pdf>

5.3 Nova terminologia

Tillett (2007) elaborou uma lista de termos equivalentes entre AACR2 e RDA, conforme mencionado, a seguir:

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de acesso
Cabeçalho autorizado	Ponto de acesso autorizado
Entrada principal	Ponto de acesso/criador da obra
Entrada secundária	Ponto de acesso
Controle de autoridade	Controle do ponto de acesso
Título uniforme	Título preferencial – Nome da obra (inclui nome do criador, quando aplicável) (tradução livre) ⁴⁰

Esta terminologia permite uma análise favorável ao RDA no que concerne a probabilidade de aplicação eficaz do RDA, tanto por parte do catalogador quanto na geração de bases de dados bibliográficos. Esta proposição baseia-se nos fatos anteriormente expostos de interpretações diferentes para uma mesma regra de catalogação.

Como relatado, as interpretações geram registros bibliográficos diferentes para uma mesma obra, tanto no conceito do AACR2 quanto na aplicação da ISBD, ocasionando falhas no controle e recuperação das informações em catálogos convencionais ou on-line.

⁴⁰ **AACR2**
 Heading
 Authorized heading
 Main Entry
 Added Entry
 Authority control
 Uniform title

RDA
 Access point
 Preferred access point
 Access point/creator of work
 Access point
 Access point control
 Preferred title
 Name of the work (to include name of creator when applicable)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A catalogação descritiva, ao longo de sua história, permeou vários estágios, em relação à sua importância, no âmbito da Biblioteconomia, porém, nunca deixou de ser extremamente metódica e minuciosa. Este trabalho procurou mostrar exatamente isso. Quanto maior o universo informacional, maior a dificuldade de controlar as publicações existentes e construir formas para representá-las de modo a torná-las disponíveis e mais eficientes.

As diversas formas, conceitos e esquemas utilizados pela catalogação tiveram sempre por objetivo o favorecimento de um controle bibliográfico eficiente para o conhecimento e acesso aos recursos informacionais disponíveis em acervos específicos ou coletivos, em dimensões geográficas ou institucionais, em estruturas fechadas ou abertas, disponíveis de modo presencial ou remoto.

Essas tentativas nem sempre obtiveram o resultado esperado, devido a um ou mais fatores mencionados a seguir, enfrentados pelas instituições responsáveis por sua implantação, acompanhamento e controle de qualidade: problemas econômicos; problemas estruturais; divergências linguísticas; divergência de ideais e padrões em Biblioteconomia.

Em fins do século passado dois fenômenos vieram a impactar de modo especial todas as dimensões humanas, aí incluindo os sistemas de informação e de dados: o desenvolvimento da tecnologia e a globalização. Esta, por aproximar as mais diferentes regiões do planeta, incentivando relações econômicas e fomentando a comunicação rápida entre as mais diferentes populações. Aquela, por se constituir numa excelente ferramenta, passível de ser utilizada para o homem romper uma vasta quantidade de fronteiras que até então pareciam intransponíveis, no campo da economia, da saúde, da educação, da arte, do conhecimento e, entre tantos outros, da comunicação.

Nesse contexto, a IFLA vem realizando um trabalho intenso objetivando, em seus encontros (meetings), a construção de um único código de catalogação que una as diversas regiões do mundo, minimizando as diferenças dos procedimentos catalográficos.

Os encontros (meetings) IME ICC realizados pela IFLA resultam em relatórios e propostas colocados em forum on-line para sugestões e revisões pelos especialistas.

No último relatório de 5 de novembro de 2007 (IFLA, 2007) estão mencionados os objetivos dos novos códigos de catalogação, propondo sempre a criação de um Código Internacional.

Este relatório traz também as seguintes propostas para descrição bibliográfica:

a) deverá ser elaborada de acordo com um padrão internacional. Neste caso recomenda-se a ISBD;

b) poderá utilizar vários níveis de detalhamento, à semelhança do que é proposto pelo AACR2;

c) utilizará os conceitos do FRBR, FRAD e FRSAR.

O RDA não está mencionado neste relatório do IME ICC, mas está sendo elaborado, como vimos pela IFLA, para substituir o AACR2. Na visão da autora do trabalho os dois projetos parecem estar se desenvolvendo simultaneamente, com os mesmos objetivos.

O RDA, que oferece uma estrutura sólida, integrada e flexível se propõe a buscar soluções para algumas dificuldades e tem a seu favor as tecnologias de informação e comunicação (TICs), que facilitam a solução de problemas de armazenamento, recuperação, acesso e transmissão de informação e intercâmbio de registros bibliográficos, minimizando as barreiras econômicas e as divergências de ideais em relação ao esquema de descrição adotado.

Nossas análises teóricas parecem permitir algumas considerações.

Primeiro, em relação aos conceitos. A vantagem deste esquema é a linguagem objetiva. Não se pode prever, com certeza, a margem de erros, pois isso somente será possível quando for aplicado. Fato este que diminui as dúvidas surgidas quando a tecnologia disponibiliza novos suportes informacionais e, mesmo, em relação aos já existentes.

Mencionamos um exemplo pontual em que pode ocorrer divergência quanto a catalogação de um item: o item a ser catalogado é o dicionário Houaiss, que está em um CD-ROM. Dependendo do software utilizado, o catalogador deverá em primeiro lugar escolher a base de dados que irá utilizar para a catalogação: o catalogador A

escolherá a base de dados de livros e o catalogador B escolherá a base de dados de recursos eletrônicos. O problema ocorrerá quando o usuário consultar bases de dados específicas, que não lhe fornecerão resultado confiável. Com a aplicação dos conceitos do FRBR ao RDA este fato não ocorrerá uma vez que a menção de “manifestação”, não deixa margem a dúvida.

Segundo, quanto à estrutura. A proposta do RDA é justamente minimizar as falhas nas diferentes interpretações de regras e na diversificação de registros, possibilitando a excelência na recuperação das informações. Uma informação somente pode ser recuperada na íntegra, se for inserida desta forma: uma codificação que se caracterize pela integralidade, clareza, precisão, lógica e consistência dos dados representados, elementos esses que garantem a qualidade da catalogação.

O RDA está prevendo as possíveis falhas de interpretações ou dúvidas que possibilitem interpretações subjetivas, cercando-se de todas as formas com conceitos claros e precisos mas, o que dificilmente pode prever é a possibilidade de falha humana, que ainda parece não poder ser codificada.

A aplicação do RDA é viável e tem grande probabilidade de êxito para a solução de problemas relacionados à padronização dos dados bibliográficos disponíveis em bases de dados.

Há que se considerar, entretanto, a necessidade de capacitação de profissionais catalogadores para a aceitação real por parte dos sujeitos institucionais e das próprias Instituições responsáveis pelos acervos a serem representados para que possam ser alcançados os objetivos de:

- a) criar metadados e formas de representação para recursos informacionais em estruturas padronizadas e aceitas internacionalmente;
- b) tornar a catalogação uma disciplina estruturada teoricamente que deve ser constantemente discutida e aprimorada de maneira a tornar visível a técnica que permeia o processo de construção de formas de representação e apresentação dos recursos informacionais nos mais diversos ambientes e que coloque em destaque a lógica de descrição específica da Biblioteconomia.

A continuidade deste estudo e o seu aprofundamento teórico, bem como aplicações práticas ficam como sugestão, pois tais pesquisas são de importância capital para o desenvolvimento e ampliação do escopo teórico da Catalogação.

REFERÊNCIAS

- ALEPH : integrated library system. c2005. Disponível em:
<<http://www.aleph500.com.br/customersites.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2007.
- ALVARENGA, Lidia. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação, v. 2, n.6, dez. 2001. Disponível em:
<http://www.dgz.org.br/dez01/Art_05.htm>. Acesso em: 15 fev. 2005.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.
- BARBOSA FILHO, Milton Benedicto. O mundo no final do II milênio. **Revista Transfazer**: estudos interdisciplinares, Cotia, v. 1, n. 1, jan. 2002, p. 80-88.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Formato CALCO**: monografias e publicações seriadas. Brasília, 1977.
- CARVALHO, Rui de Quadros. Projeto do primeiro mundo com conhecimento e trabalho de terceiros. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 1993.
- CARVALHO, Rui de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial**: as implicações da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Tradução e adaptação do texto norte-americano editado pela ALA por Abner Lellis Corrêa Vicentini com a colaboração de Astério Campos. Brasília: Edição dos Tradutores, 1969.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano: segunda edição. Revisão 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.
- CUNHA, Maria Luisa Monterio da. Apresentação. In: LEHNUS, Donald J. **Manual de redação de fichas catalográficas**: de acordo com a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para monografias: ISBD(M). Tradução e adaptação de Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: Brasilart, 1977. p. 9-11.
- Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação: versão provisória aprovada pelo Encontro de Peritos da IFLA sobre um Código de Catalogação Internacional. 2003. Disponível em:
<<http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement/portugese.pdf> > Acesso em: 10 maio 2007.
- EXPOSIÇÃO dos princípios adotados pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação: Paris, outubro de 1961. Disponível em:
<http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Paris_Principles-Portuguese.pdf>. Acesso em: 10 maio 2007.

FÉLIX, Fátima; AGUIAR, Flávio; NAVARRO, Ignês. Muito além do operário padrão. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 21, 2º trimestre, 1993.

FERNANDES, Angela Silva et al. Tecnologia e comunicação. In: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (org.) **Informação e tecnologia**: conceitos e recortes. Brasília: UNB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005. p. 22-42.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GAVIN, Pierre. **Histoire du catalogage**: les acquis. 2006. p. 27. Disponível em: <<http://www.pierregavin.ch/documents/cesid2006/10-Avenir-catalogage.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2007.

GONÇALVES, Nilcéia Amábíla Rossi Gonçalves. **Catálogo**: esquemas e exercícios. Ed. preliminar. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1975.

GORMAN, Michael. **From card catalogues to WebPACS**. 2001. Disponível em: <http://dlist.sir.arizona.edu/572/01/gorman_paper.html>. Acesso em: 20 jul. 2007.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 1st, Frankfurt, 2003. **Cataloguing code comparison for the IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code**, July 2003. Disponível em: <http://www.ddb.de/standardisierung/pdf/code_aacr2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 2nd, 2004, Buenos Aires. **Home page**. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/imeicc2/>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 3rd, 2005, Cairo. **Home page**. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/papers.html>>. Acesso em 20 jul. 2007.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 4th, 2006, Korea. **Home page**. Disponível em: <<http://www.nl.go.kr/icc/icc/main.php>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 5th, 2007, Pretoria. **IME ICC5**: recommendations, discussion and voting document. Disponível em: <<http://www.imeicc5.com/download/IMEICC5-Recommendations-Discussion.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

ISBD(G): General International Standard Bibliographic Description: 2003 revision.: draft for world revision. London: IFLA. [2004?],

ISBD(M): Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Publicações Monográficas: (International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications). Tradução de José Carlos Sottomayor. Revisão 2002. Lisboa: Biblioteca Nacional Jostis, 2005. Tradução portuguesa da versão original inglesa. Disponível em: < <http://www.ifla.org/VI/3/nd1/isbdM-pt.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

ISBD(NBM): International Standard Bibliographic Description for Non-Book-Materials. Rev. ed. London: IFLA, 1987. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBDNBM_sept28_04.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES. **A brief history of AACR**. 2006. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.ca/jsc/history.html>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES. **RDA**: Resource Description and access. 2007. Disponível em: < <http://www.collectionscanada.ca/jsc/rda.html>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **A new organization for RDA**. [Dez. 2007]. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda-new-org.html>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LE BOEUF, Patrick. **Brave New FRBR World**: (Version 3). 2005. Revised by Barbara Tillett. Disponível em: <http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/pdf/papers_leboeuf-eng.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2007.

LEHNUS, Donald J. **Manual de redação de fichas catalográficas**: de acordo com a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para monografias: ISBD(M). Tradução e adaptação de Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: Brasilart, 1977.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. A sociedade industrial x sociedade tecnizada: mudanças no trabalho, mudanças na educação. **Revista Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 5, 1993.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (org.) **Informação e tecnologia**: conceitos e recortes. Brasília: UNB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2006.

OLIVEIRA, R. Eramos felizes e não sabíamos: uma análise da educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, Brasília, v. 26, n.1, jan./abr. 2000.

PEREIRA, Ana Maria; SANTOS, Plácida L. V. A. Da Costa. O uso estratégico das tecnologias em catalogação. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v. 7, n.1/2, p. 121-131, 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **PERGAMUM**: Sistema Integrado de Bibliotecas. [2007?]. Disponível em: <https://www.pucpr.br/sistemas_s/pergamum/pergamum/php/infogerais.php>. Acesso em: 23 ago. 2007.

RDA: resource description and access: a prospectus. 07 Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.ca/jsc/docs/5rda-prospectusrev.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

RDA; resource description and access: objectives and principles. 16 Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda.html>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

RDA-FRAD Mapping. 2007. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/5rda-frbrmappingrev.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

RDA-FRBR Mapping. 2007. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/5rda-frbrmappingrev.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

RIBEIRO, Fernanda. **Organizar e representar informação**: apenas um meio para viabilizar o acesso?: comunicação apresentada ao I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América latina. In: SADER, Emir et al.(org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, Emir et al.(org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SIQUEIRA, Marcos Antonio. **XML na Ciência da Informação**: uma análise do MARC 21. 2003. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

STATEMENT of International Cataloguing Principles: draft approved by the final draft based on responses through Dec. 2004. showing further recommended changes from Buenos Aires August 2004 and Cairo Dec. 2005 (Apr. 3, 2006 Draft). 2006. Disponível em: <http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/pdf/statement-draft3_apr06cleancopy.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2007.

STATEMENT of International Cataloguing Principles: draft approved by the IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code, 1st, Frankfurt, Germany, 2003 with agreed changes from the IME ICC2 meeting, Buenos Aires, Argentina, 2004 from the IME ICC3 meeting, Cairo, Egypt, 2005, from IME ICC4 meeting, Seoul, Korea, 2006 (those not yet approved and needing further discussion from IME ICC4 shown in red italics.) and recommendations from the IME ICC5 meeting, Pretoria, South Africa, 2007 . 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/Statement_draft_Nov_5_2007_with_IME_ICC5_recommendations_m.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2008.

STATEMENT of Principles adopted by the International Conference on Cataloguing Principles: Paris, October, 1961. [199-]. Disponível em: <http://www.ddb.de/standardisierung/pdf/paris_principles_1961.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2007.

TILLET, Barbara. **Cataloging Principles**: IME ICC. 2007. Disponível em: <<http://www.imeicc5.com/download/IME%20ICC%20Overview%20of%20Principles.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2007.

TILLET, Barbara. **O que é FRBR?**: um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Translated to Portuguese by Dr. Lidia Alvarenga an Dr. Renato Rocha Souza. Washington: Biblioteca do Congresso, Serviço da Distribuição da Catalogação, 2007.

TILLET, Barbara. **RDA**: Resource Description and Access: the development of a new international cataloging code. 2007. Disponível em: <

<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/btmodena-20071213.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

TILLET, Barbara. **Seymour Lubetzky's legacy for cataloging rules**. 2003.

Disponível em:

<<http://www.ala.org/ala/alcts/alctspubs/alctsnewsletter/v15n1/reception.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2007.

VIRTUA. c2005. Disponível em: <<http://www.vtls.com.br/produtos.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2007.

ANEXO A – RDA-FRBR MAPPING

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping
14 June 2007

To: Joint Steering Committee for Development of RDA
From: Deirdre Kiorgaard, Chair, JSC
Subject: RDA to FRBR mapping

Related document: 5JSC/RDA/Scope/Rev

The RDA-FRBR Mapping provides detail relevant to the general statements that are made in section 1.2 of the RDA Scope and Structure document about the relationship between RDA and FRBR (as one of the two conceptual models underlying RDA). As such, the mapping serves to qualify the statement that the descriptive data covered in RDA “generally reflect the attributes and relationships associated with work, expression, manifestation, and item, as defined in FRBR”.

The mapping shows:

- exactly how each RDA element relates to the attributes and relationships defined for the group 1 entities in FRBR,
- where the scope of an RDA element extends the scope of the corresponding attribute or relationship as defined in FRBR, and
- where RDA includes an element for which there is no corresponding attribute or relationship defined in FRBR.

A mapping of RDA to FRAD will be prepared and issued at the time Part B of RDA is released. That mapping will serve to provide detail relevant to the general statements that are made in section 1.3 of the RDA Scope and Structure document about the relationship between RDA and FRAD (as the second of the two conceptual models underlying RDA).

RDA-FRBR Mapping

The attached table provides a mapping of each element, element sub-type, and sub-element specified in Part A of RDA to the corresponding entity and associated attribute or relationship defined in FRBR.¹

RDA elements for which there are new proposals currently under review by JSC, or for which structural changes have been proposed since the last draft of the relevant chapter of RDA was submitted to JSC are shaded. (The structures reflected for those elements are only tentative; they reflect what the Editor judges to be most consistent with the overall structure of RDA, but are subject to review by JSC.)

The following symbols are used in the table:

- ~ Indicates that there is no attribute or relationship defined in FRBR that directly corresponds to the RDA element. However, there is an indirect correspondence to one or more FRBR attributes or relationships.

In some cases there may be no FRBR attribute or relationship that corresponds to the RDA element *per se*, but there are FRBR attributes or relationships that correspond to one or more of the sub-elements of the RDA element. For example, the RDA element *publication statement* has no direct equivalent in FRBR, but the sub-elements of the RDA *publication statement* (*publisher's name*, *place of publication*, and *date of publication*) correspond to the FRBR attributes *publisher*, *place of publication*, and *date of publication*, respectively.

There are other cases where there may be an attribute or relationship defined in FRBR that is similar to the RDA element but with a more narrowly defined scope. For example, the FRBR attribute *scale* is defined only in relation to a cartographic image or object, whereas in RDA the scope of the *scale* element has been extended to cover other still images and three-dimensional forms as well.
- + Indicates that there is an attribute or relationship defined in FRBR that corresponds to one or more aspects of the RDA element, but that the RDA element is broader in scope. For example, FRBR defines *technique* as an attribute associated with a graphic or project image, and *recording technique* as an attribute associated with a remote sensing image. Both of those attributes are reflected in the RDA element *production method*, but the RDA element is broader in scope, encompassing production methods associated with other types of content as well.
- n/a Indicates that there is no attribute or relationship defined in FRBR that corresponds either directly or indirectly to the RDA element.

¹ IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records, *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report* (München: K.G. Saur, 1998).

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
RESOURCE IDENTIFICATION		
Title	manifestation	title of the manifestation
Title proper	manifestation	title of the manifestation
Parallel title	manifestation	title of the manifestation
Alternative title	manifestation	title of the manifestation
Parallel alternative title	manifestation	title of the manifestation
Other title information	manifestation	title of the manifestation
Parallel other title information	manifestation	title of the manifestation
Variant title	manifestation	title of the manifestation
Earlier/later variant title	manifestation	title of the manifestation
Key title	manifestation	title of the manifestation
Abbreviated title	manifestation	title of the manifestation
Devised title	manifestation	title of the manifestation
Statement of responsibility	manifestation	statement of responsibility
Statement of responsibility relating to title	manifestation	statement of responsibility
Parallel statement of responsibility relating to title	manifestation	statement of responsibility
Statement of responsibility relating to the edition	manifestation	statement of responsibility
Parallel statement of responsibility relating to the edition	manifestation	statement of responsibility
Statement of responsibility relating to a named revision of an edition	manifestation	statement of responsibility
Parallel statement of responsibility relating to a named revision of an edition	manifestation	statement of responsibility
Statement of responsibility relating to series	manifestation	statement of responsibility
Parallel statement of responsibility relating to series	manifestation	statement of responsibility
Statement of responsibility relating to subseries	manifestation	statement of responsibility
Parallel statement of responsibility relating to subseries	manifestation	statement of responsibility
Edition statement	manifestation	edition/issue designation
Statement designating edition	manifestation	edition/issue designation
Parallel statement designating edition	manifestation	edition/issue designation
Statement designating a named revision of an edition	manifestation	edition/issue designation
Parallel statement designating a named revision of an edition	manifestation	edition/issue designation
Numbering of serials	manifestation	numbering (serial)
Numeric and/or alphabetic designation of first issue or part	manifestation	numbering (serial)
Chronological designation of first issue or part	manifestation	numbering (serial)
Numeric and/or alphabetic designation of last issue or part	manifestation	numbering (serial)
Chronological designation of last issue or part	manifestation	numbering (serial)
Numeric and/or alphabetic designation of last issue or part of first sequence	manifestation	numbering (serial)
Chronological designation of last issue or part of first sequence	manifestation	numbering (serial)
Numeric and/or alphabetic designation of first issue or part of new sequence	manifestation	numbering (serial)

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Chronological designation of first issue or part of new sequence	manifestation	numbering (serial)
Production statement	manifestation	~
<i>Place of production</i>	manifestation	n/a
<i>Parallel place of production</i>	manifestation	n/a
<i>Producer's name</i>	manifestation	fabricator/manufacturer
<i>Parallel producer's name</i>	manifestation	fabricator/manufacturer
<i>Date of production</i>	manifestation	n/a
Publication statement	manifestation	~
<i>Place of publication</i>	manifestation	place of publication/distribution
<i>Parallel place of publication</i>	manifestation	place of publication/distribution
<i>Publisher's name</i>	manifestation	publisher/distributor
<i>Parallel publisher's name</i>	manifestation	publisher/distributor
<i>Date of publication</i>	manifestation	date of publication/distribution
Distribution statement	manifestation	~
<i>Place of distribution</i>	manifestation	place of publication/distribution
<i>Parallel place of distribution</i>	manifestation	place of publication/distribution
<i>Distributor's name</i>	manifestation	publisher/distributor
<i>Parallel distributor's name</i>	manifestation	publisher/distributor
<i>Date of distribution</i>	manifestation	date of publication/distribution
Series statement	manifestation	series statement
<i>Title proper of series</i>	manifestation	series statement
<i>Parallel title of series</i>	manifestation	series statement
<i>Other title information of series</i>	manifestation	series statement
<i>Parallel other title information of series</i>	manifestation	series statement
<i>ISSN of series</i>	manifestation	series statement
<i>Numbering within series</i>	manifestation	series statement
<i>Title proper of subseries</i>	manifestation	series statement
<i>Parallel title of subseries</i>	manifestation	series statement
<i>Other title information of subseries</i>	manifestation	series statement
<i>Parallel other title information of subseries</i>	manifestation	series statement
<i>ISSN of subseries</i>	manifestation	series statement
<i>Numbering within subseries</i>	manifestation	series statement
Mode of issuance	manifestation	n/a
Frequency	expression	expected frequency of issue (serial)
Resource identifier	manifestation / item?	manifestation identifier / item identifier / fingerprint?
Resource identifier (general)	manifestation / item?	manifestation identifier / item identifier / fingerprint?
Publisher's number for music	manifestation	manifestation identifier
Plate number for music	manifestation	manifestation identifier
Preferred citation	manifestation / item?	n/a
Custodial history	item	provenance of the item
Immediate source of acquisition	item	provenance of the item
Annotation	manifestation	
Annotation on title	manifestation	n/a
Annotation on statement of responsibility	manifestation	n/a
Annotation on edition statement	manifestation	n/a
Annotation on numbering of serials	manifestation	n/a
Annotation on production statement	manifestation	n/a
Annotation on publication statement	manifestation	n/a
Annotation on distribution statement	manifestation	n/a

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Annotation on series statement	manifestation	n/a
Annotation on frequency	manifestation	n/a
Annotation on basis for the description	manifestation	n/a
CARRIER		
Media type	manifestation	n/a
Carrier type	manifestation	form of carrier
Extent	manifestation / expression?	extent of the carrier / extent of the expression
Extent (general)	manifestation	extent of the carrier
Extent of cartographic resource	expression / manifestation?	extent of the expression / extent of the carrier
Extent of notated music	expression / manifestation?	extent of the expression / extent of the carrier
Extent of still image	expression / manifestation?	extent of the expression / extent of the carrier
Extent of text	expression / manifestation?	extent of the expression / extent of the carrier
Extent of three-dimensional form	expression / manifestation?	extent of the expression / extent of the carrier
Dimensions	manifestation	dimensions of the carrier
Dimensions (general)	manifestation	dimensions of the carrier
Dimensions of map, etc.	manifestation?	n/a
Dimensions of still image	manifestation?	n/a
Base material	manifestation	physical medium
Base material (general)	manifestation	physical medium
Base material for microfilm, microfiche, and motion picture film	manifestation	physical medium
Applied material	manifestation	physical medium
Applied material (general)	manifestation	physical medium
Emulsion on microfilm and microfiche	manifestation	physical medium
Mount	manifestation	n/a
Production method	manifestation	technique (graphic or projected image) / recording technique (remote sensing image) / +
Production method (general)	manifestation	technique (graphic or projected image) / recording technique (remote sensing image) / +
Production method for manuscripts	manifestation	n/a
Production method for tactile resource	manifestation	n/a
Generation	manifestation	~
Generation of audio recording	manifestation	n/a
Generation of digital resource	manifestation	n/a
Generation of microform	manifestation	generation (microform or visual projection)
Generation of motion picture film	manifestation	generation (microform or visual projection)
Generation of videotape	manifestation	generation (microform or visual projection)
Layout	manifestation	n/a
Layout (general)	manifestation	n/a
Layout of tactile music	manifestation	n/a
Layout of tactile text	manifestation	n/a
Colour	manifestation	~
Colour (general)	manifestation	n/a
Colour of still image	manifestation	colour (image)
Colour of moving images	manifestation	colour (image)

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Colour of three-dimensional form	manifestation	n/a
Colour of resource designed for persons with visual impairments	manifestation	n/a
Foliation	manifestation	foliation (hand-printed books)
Font size	manifestation	type size (printed book)
Polarity	manifestation	polarity (microform or visual projection)
Reduction ratio	manifestation	reduction ratio (microform)
Sound characteristics	manifestation	~
Presence of sound	manifestation	n/a
Type of recording	manifestation	capture mode
Playing speed	manifestation	playing speed (sound recording)
Groove characteristic	manifestation	kind of cutting (sound recording)
Track configuration	manifestation	n/a
Tape configuration	manifestation	tape configuration (sound recording)
Configuration of playback channels	manifestation	kind of sound (sound recording)
Special playback characteristics	manifestation	special reproduction characteristics (sound recording)
Projection characteristics	manifestation	~
Presentation format	manifestation	presentation format (visual projection)
Projection speed	manifestation	n/a
Video characteristics	manifestation	~
Video format	manifestation	presentation format (visual projection)
Broadcast standard	manifestation	n/a
Digital file characteristics	manifestation	~
File type	manifestation	file characteristics (electronic resource)
Encoding format	manifestation	file characteristics (electronic resource)
File size	manifestation	file characteristics (electronic resource)
Transmission speed	manifestation	n/a
Representation of cartographic images	manifestation	n/a
<i>Data type</i>	manifestation	n/a
<i>Object type</i>	manifestation	n/a
<i>Number of objects</i>	manifestation	n/a
Equipment and system requirements	manifestation	system requirements (electronic resource) +
Item-specific carrier characteristics	item	condition of the item
Item-specific carrier characteristics (general)	item	condition of the item
Item-specific carrier characteristics of early printed resources	item	condition of the item
Place and date of finding	item	n/a
<i>Place of finding</i>	item	n/a
<i>Date of finding</i>	item	n/a
Annotation	manifestion / expression / item?	
Annotation on extent of manifestation	manifestation / expression?	extent of the carrier / extent of the expression
Annotation on dimensions of manifestation	manifestation	dimensions of the carrier +
Annotation on changes in carrier characteristics	manifestation	n/a
Annotation on extent of item	item	n/a
Annotation on dimensions of item	item	n/a
Annotation on finding	item	n/a

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
CONTENT		
Content type	expression	form of expression
Nature of the content	work	form of work +
Coverage of the content	work	n/a
Intended audience	work	intended audience
Summarization of the content	work	summarization of content
System of arrangement	work?	n/a
Dissertation	work	n/a
<i>Degree</i>	work	n/a
<i>Institution</i>	work	n/a
<i>Year degree granted</i>	work	n/a
Place and date of capture	expression	n/a
<i>Place of capture</i>	expression	n/a
<i>Date of capture</i>	expression	n/a
Language of the content	expression	language of expression
Notational system	expression	n/a
Script	expression	n/a
Music notation system	expression	n/a
Tactile system of notation	expression	n/a
Illustrative content	expression	n/a
Format of notated music	expression	type of score
Medium of performance of musical content	expression	medium of performance (musical work)
Duration	expression	extent of the expression
Scale	expression	~
Scale of still image or three-dimensional form	expression	n/a
Scale of cartographic content	expression	scale (cartographic image/object)
Additional scale information [cartographic content]	expression	scale (cartographic image/object)
Variations in scale [cartographic content]	expression	scale (cartographic image/object)
Non-linear scale [cartographic content]	expression	scale (cartographic image/object)
Vertical scale [cartographic content]	expression	scale (cartographic image/object)
Projection of cartographic content	expression	projection (cartographic image/object)
Coordinates of cartographic content	work	coordinates (cartographic work)
Longitude and latitude	work	coordinates (cartographic work)
Strings of coordinate pairs	work	coordinates (cartographic work)
Ascension and declination	work	coordinates (cartographic work) / equinox (cartographic work)
Equinox	work	equinox
Epoch	work	n/a
Magnitude of cartographic content	expression	n/a
Other details of cartographic content	expression	~
Other mathematical data	expression	scale / projection / coordinates / geodetic, grid, and vertical measurements (cartographic image/object)
Other features of cartographic content	expression	special characteristic (remote sensing image) / +
Awards	expression	critical response to the expression
Annotation	expression?	
Annotation on capture	expression?	n/a
ACQUISITION AND ACCESS		
Terms of availability	manifestation	terms of availability

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Contact information	manifestation / item	source for acquisition/access authorization +
Restrictions on access	manifestation / item	access restrictions on the manifestation / access restrictions on the item
Restrictions on use	manifestation / item	access restrictions on the manifestation / access restrictions on the item
Appraisal and accrual	item	n/a
PERSONS, FAMILIES, AND CORPORATE BODIES ASSOCIATED WITH A RESOURCE		
Designation of role	work / expression / manifestation / item	n/a?
<i>Access points for persons, families, or corporate bodies associated with the work</i>		
Creator	work	is created by
Originating body	work	n/a
Person, family, or corporate body to whom a work has been dubiously or erroneously attributed	work	?
Other person, family, or corporate body associated with the work	work	n/a
<i>Access points for other persons, families, or corporate bodies associated with the expression</i>		
Contributor	expression	is realized by
<i>Access points for persons, families, or corporate bodies associated with the manifestation</i>		
Producer	manifestation	is produced by
Publisher	manifestation	n/a
Distributor	manifestation	n/a
<i>Access points for persons, families, or corporate bodies associated with the item</i>		
Owner	item	is owned by
Custodian	item	n/a
Finder	item	n/a
<i>Access points for persons, families, or corporate bodies associated with legal works</i>		
Jurisdiction governed	work	n/a
Enacting jurisdiction	work	n/a
Head of state, chief executive, or ruling executive body	work	n/a
Legislative body	work	n/a
Issuing agency or agent	work	n/a
Promulgating agency or agent	work	n/a
Court governed	work	n/a
Body governed	work	n/a
Issuing jurisdiction	work	n/a
Signatory to a treaty, etc.	work	n/a
International conference resulting in a treaty, etc.	work	n/a
Court, tribunal, etc.	work	n/a
Reporter [of court proceedings]	work	n/a
Person or corporate body prosecuted	work	n/a
Person or corporate body indicted	work	n/a
Person or corporate body bringing the action	work	n/a
Person or corporate body on the opposing side	work	n/a
Judge	work	n/a
Party to a case	work	n/a

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Lawyer representing a party	work	n/a
<i>Access points for persons and corporate bodies associated with religious works</i>		
Person associated with the sacred scripture	work	n/a
Harmonizer	work	is realized by?
Denominational body associated with the creed, etc.	work	n/a
Person associated with the creed, etc.	work	n/a
Church or denominational body associated with the liturgical work	work	n/a
Body within the church, etc., associated with the liturgical work	work	n/a
<i>Access points for persons and corporate bodies associated with official communications</i>		
Corporate access point for official issuing the communication	work	n/a
Personal access point for the person issuing the communication	work	n/a
RELATED RESOURCES		
Designation of relationship	work / expression / manifestation / item	n/a?
<i>Relationship between a work and an expression of the work</i>		
Expressed as	work	is realized through
Expresses	expression	is a realization of
<i>Relationship between a manifestation and a work or expression embodied in the manifestation</i>		
Manifested as	work / expression	is embodied in
Manifests	manifestation	embodies
<i>Relationship between an item and a manifestation exemplified by the item</i>		
Exemplified by	manifestation	is exemplified by
Exemplifies	item	exemplifies
<i>Equivalence relationships</i>		
Equivalent manifestation	manifestation	reproduction / alternate
Equivalent item	manifestation	reproduction
<i>Derivative relationships</i>		
Source work (or expression)	work / expression	is a summary of / is an adaptation of / is a transformation of / is an imitation of / is an abridgement of / is a revision of / is a translation of / is an arrangement of (music)
Derivative work (or expression)	work / expression	has a summary / has an adaptation / has a transformation / has an imitation / has an abridgement / has a revision / has a translation / has an arrangement (music)
<i>Descriptive relationships</i>		
Described entity	work / expression	n/a
Describing work (or expression)	work / expression / manifestation / item	n/a
<i>Whole-part relationships</i>		
Whole work (or expression)	work / expression	is part of [work-to-work / expression-to-expression]
Part of work (or expression)	work / expression	has part [work-to-work / expression-to-expression]

RDA-FRBR Mapping

5JSC/RDA/RDA to FRBR mapping

RDA element	Corresponding FRBR entity	Corresponding FRBR attribute / relationship
Whole manifestation (or item)	manifestation / item	is part of [manifestation-to-manifestation / item-to-item]
Part of manifestation (or item)	manifestation / item	has part [manifestation-to-manifestation / item-to-item]
<i>Accompanying relationships</i>		
Augmenting work (or expression)	work / expression	has supplement / has complement
Primary work (or expression)	work / expression	supplements / complements
Complementary work (or expression)	work / expression	n/a
Accompanying manifestation (or item)	manifestation / item	n/a
<i>Sequential relationships</i>		
Preceding work (or expression)	work / expression	is a successor to
Succeeding work (or expression)	work / expression	has a successor